
PROGRAMA DE GOVERNO

PREFEITO BACELAR
SALVADOR
SETEMBRO 2020



APRESENTAÇÃO

Este programa de governo foi elaborado exclusivamente para a candidatura de Bacelar à prefeitura de Salvador a partir de uma orientação focada no atendimento das pessoas e na atenção aos bairros. Em meio à maior crise sanitária e social que o Brasil vivenciou, a eleição municipal de 2020 se constitui num divisor de águas entre aqueles que fogem de sua responsabilidade social, procurando sugerir que a perda de mais de 100 mil vidas e a perda de emprego e renda de mais de 70 milhões de brasileiros foi um mero entrevero, e aqueles que assumem um projeto de superação desta realidade e projetam o futuro baseado no cuidado, na competência técnica e na esperança dos brasileiros. Salvador foi a primeira capital do Brasil e será, novamente, o farol e a porta da construção de nossa nação.

Nos inspiramos nas palavras de Jorge Amado:

“Se queres ver tudo, na ânsia de aprender e melhorar, se queres realmente conhecer a Bahia, então, vem comigo e te mostrarei as ruas e os mistérios da cidade de Salvador, e sairás daqui certa de que este mundo está errado e que é preciso refazê-lo para melhor. Porque não é justo que tanta miséria caiba em tanta beleza”



PREMISSAS

- 1) Recuperar a noção de Salvador como “capital do Brasil”, a “alma” do nosso país;
- 2) Foco central na melhoria de vida das pessoas;
- 3) O centro de nossas preocupações deverá ser a população negra, residente nas periferias de Salvador;
- 4) Fomento ao desenvolvimento dos territórios com gestão compartilhada;
- 5) Descentralização administrativa e gestão pública intersetorial;
- 6) Transparência das ações estatais e avaliações permanentes da população;
- 7) Integração de cadastros e bancos de dados da área social;
- 8) Adoção de equipamentos públicos como referências para o convívio social e oportunidades de desenvolvimento de comunidades e cidadãos;
- 9) Valorização da cultura e produção dos cidadãos;
- 10) Ação em redes orientadas pela transversalidade dos programas e áreas de governo .

DIRETRIZES

- Reverter o quadro de desigualdade social de Salvador
- Promover políticas sociais com programas integrados com foco nos segmentos sociais, como a adoção de programa de proteção integral “Do Pré-Natal ao Primeiro Emprego”
- Ouvir a população com consultas e audiências públicas por bairro continuamente: obras, programas e serviços serão apresentados em eventos públicos onde a população avalia sua pertinência e método de implantação
- Adotar sistemas de acompanhamento e controle da execução das Ordens de Serviço e programas da prefeitura, com criação da figura de “Prefeitos de Rua”
- Criar Projetos Urbanos Integrados adotando como referência o projeto Escola-Parque de Anísio Teixeira
- Promover programas para a juventude que garantam seu desenvolvimento integral como acesso à escola, acesso à informação, direito à vida com segurança, participação à vida política da cidade, direito ao território, cultura e lazer
- Promover programas de valorização das religiões de matrizes africanas e entidades do movimento negro
- Ampliar a oferta de água potável e saneamento básico
- Garantir segurança alimentar, em especial, para a população em situação de vulnerabilidade social
- Promover o cuidado integral às pessoas, com foco no fortalecimento das equipes do PSF e comunidades
- Garantir o cumprimento das deliberações das Conferências Municipais
- Promover o fortalecimento dos Conselhos Gestores Municipais e formação continuada com a criação de uma Escola da Cidadania.

**Salvador é
nossa gente.**

**E nossa gente
está nos
bairros.**

SUMÁRIO

Introdução..... 6

Os quatro eixos do nosso governo..... 7

Uma cidade governada pela metade..... 12

As sete áreas prioritárias..... 18

 Assistência Social..... 19

 Cultura..... 24

 Educação..... 31

 Juventude..... 45

 Saúde..... 49

 Segurança Pública..... 66

 Trabalho e Renda..... 77

Anexo..... 85

Salvador:

Desafio de transformar o presente para construir o futuro

Este ano teremos, atipicamente, uma eleição para os Municípios brasileiros, ocorrendo no mês de novembro ao contrário do tradicional outubro, como nas anteriores.

Isso ocorreu em virtude da Pandemia do COVID-19 que matou, só no Brasil, mais de 130.000 pessoas. Em nossa Capital foram, até o presente momento, mais de 2.000 óbitos que irão se traduzir em uma perda irreparável para todas as famílias.

Do ponto de vista social, a economia nacional está em destruída. O Produto Interno Bruto do Brasil (PIB) caiu 9,7% no segundo trimestre de 2020, na comparação aos três primeiros meses do ano.

No caso de Salvador cerca de 70% do PIB é gerado no setor serviços composto, na sua maior parte, por trabalhadores informais e micro e pequenas empresas. São os ambulantes, prestadores de serviços, lojas, bares, restaurantes, academias, atividades turísticas e outras que foram atingidos pelo indispensável isolamento social.

O impacto na redução do consumo foi inevitável. A saída encontrada por alguns pequenos e médios empresários foi demitir os funcionários e/ou fechar as portas. O resultado para o mercado de trabalho não poderia ser outro: aumento do desemprego e da informalidade.

A pandemia também afetou a concentração de renda. A maioria absoluta dos soteropolitanos é de baixa renda. Segundo o IBGE, cerca de 40% recebem menos da metade do salário-mínimo.

Enquanto a classe média alta e os ricos possuem investimentos diversificados – lucros, dividendos, poupança, altos salários – o restante da população se sustenta com a renda do trabalho, seja ele formal ou informal, e com a ajuda de programas como bolsa-família, aposentadorias e outras.

A partir de dezembro, quando encerrar o auxílio emergencial do Governo Federal, o novo gestor da Capital Baiana terá um imenso desafio. A reativação da economia. Será preciso investir e incentivar, principalmente, o setor de serviços e o comércio local. Afinal, são os pequenos empreendedores que geram capitais e ofertas de trabalho aos profissionais menos qualificados.

Com a COVID-19 as empresas ligadas a atividades presenciais, como por exemplo, turismo, bares, restaurantes, entretenimento, setor imobiliário e construção civil podem levar anos para se recuperar. Já os relacionados com produtos de limpeza, alimentos, serviços de saúde, centros de distribuição, farmácias, supermercados e todos aqueles que foram capazes de transplantar seu negócio para uma plataforma digital tendem a superar a crise e expandir cada vez mais.

A tendência natural de “virtualização econômica e social” que vinha ocorrendo na última década irá acentuar e acelerar, sendo que o novo gestor deverá preparar as bases sustentáveis para que a população, em especial a mais carente, tenha pleno suporte do poder público para incluir-se nos processos culturais, econômicos e sociais, evitando o aumento da desigualdade e a decadência que vem ocorrendo nas últimas décadas.

Por estes dois fatores, o programa de Governo será norteado duas grandes premissas: Salvador do presente superando a pandemia e Salvador do futuro moderna, justa e solidária, que avança como cidade e sociedade

SALVADOR DO PRESENTE: QUATRO EIXOS DO NOSSO GOVERNO

Todo o programa de Governo que será apresentado foi concebido sobre 4 grandes eixos que atuam como linhas transversais de atuação Governamental:

A construção da cidade a partir dos Bairros

Governado para quem precisa

Transparência e controle social

Educação cidadã: as escolas como centro da comunidade

Serão sobre essas premissas que o Governo Bacelar será desenvolvido, tendo quatro eixos como diretriz de atuação para cada um dos órgãos da gestão municipal, que serão observados do primeiro ao último dia de mandato, aplicando-se na elaboração e execução dos planos, programas, projetos, ações e orçamentos.

O primeiro grande eixo será a **Construção de Salvador pelos Bairros**, onde as ações governamentais deverão priorizar os bairros da cidade. Hoje, infelizmente, temos um governo que se vira para o Centro, porém dá as costas para as comunidades.

Em nosso Governo desde o primeiro dia iremos trabalhar com o povo, para o povo e, principalmente, junto deste. Isso vai desde a elaboração das políticas públicas, execução das ações e, posteriormente, controle e avaliação.

Mais à frente esse compromisso com os bairros será traduzido pelo programa que levará a cidade para o futuro: os Projetos Urbanos Integrais – PUI.

O segundo eixo que norteará o governo será o de **governar para quem precisa**. Atualmente, temos quase um milhão de mulheres negras e pobres, cujo governo Municipal sequer as tem como prioridades.

Por isso, todos programas buscarão priorizar as mães arrimo de família, jovens negros e negras e, principalmente, as minorias na qual o governo Municipal insiste em ignorar em sua integralidade.

Jamais poderemos ter uma Salvador mais humana, justa e fraterna se não dermos voz e vez para mulheres, negros, lgbtqi+, idosos e juventude. São esses que movem nossos bairros e são esses que serão a prioridade de nosso governo.

Outro eixo fundamental será a **transparência nos gastos públicos e controle social**. Em nosso entendimento não basta somente disponibilizar a informação, mas levar até o cidadão sempre em linguagem clara, objetiva, didática e construída de modo pedagógico para ensinar ao soteropolitano.

A comunicação governamental deve desvestir-se da natureza publicitária e constituir em um verdadeiro direito, para que todos possam entender por que é feito e o que é feito, com quem é feito, e como é feito.

Essa postura ativa no comunicar criará um sentimento de soberania popular perante a atuação governamental, aumento a eficiência no desenvolvimento de políticas públicas e sociais.

O quarto eixo norteador é o da **educação cidadã: as escolas como centro da comunidade**. No nosso programa de Governo apresentaremos o projeto Comunidades Educadoras. O objetivo é construir uma rede de articulação na escola, onde a própria comunidade lidera o processo de melhoria nos indicadores do ensino e o poder público estabelece uma rede de encaminhamento e proteção aos menores.

Essa sistemática irá funcionar e prevalecer para a implementação dos projetos urbanos integrais – PUI, onde a escola será a centralidade do Bairro e terá um papel fundamental no desenvolvimento do projeto.

O nosso governo acredita na força dos bairros, sendo que iremos reconstruir Salvador a partir destes, com muita transparência, governando para quem precisa e tendo na comunidade escolar a base da participação social.

SALVADOR DO FUTURO: PROJETOS URBANOS INTEGRAIS – PUI

Para transformar Salvador precisamos de um grande projeto transversal. Esse conjunto de ações será nosso caro chefe na mudança profunda que desejamos fazer.

Em nosso governo iremos implementar os Projetos Urbanos Integrais – PUI.

O conceito foi criado e implementado em Medellín, capital da província de Antioquia – Colômbia, recebendo o prêmio “Lee Kuan Yew World City Prize” o que equivaleria ao Nobel do urbanismo.

Do mesmo porte de Salvador, Medellín, com aproximadamente 2 milhões e meio de habitantes, já teve índices de homicídios assustadores onde nos anos 1990, chegou a 382 casos para cada 100 mil habitantes. Hoje, este número despencou para 23,8 homicídios para cada 100 mil habitantes. Uma mudança radical em um intervalo de apenas duas décadas.

Os PUI envolvem três dimensões - física, social e institucional, utilizando as ferramentas de desenvolvimento de forma simultânea, diminuindo as desigualdades sócio-territoriais e buscando o direito à cidade no setor em questão.

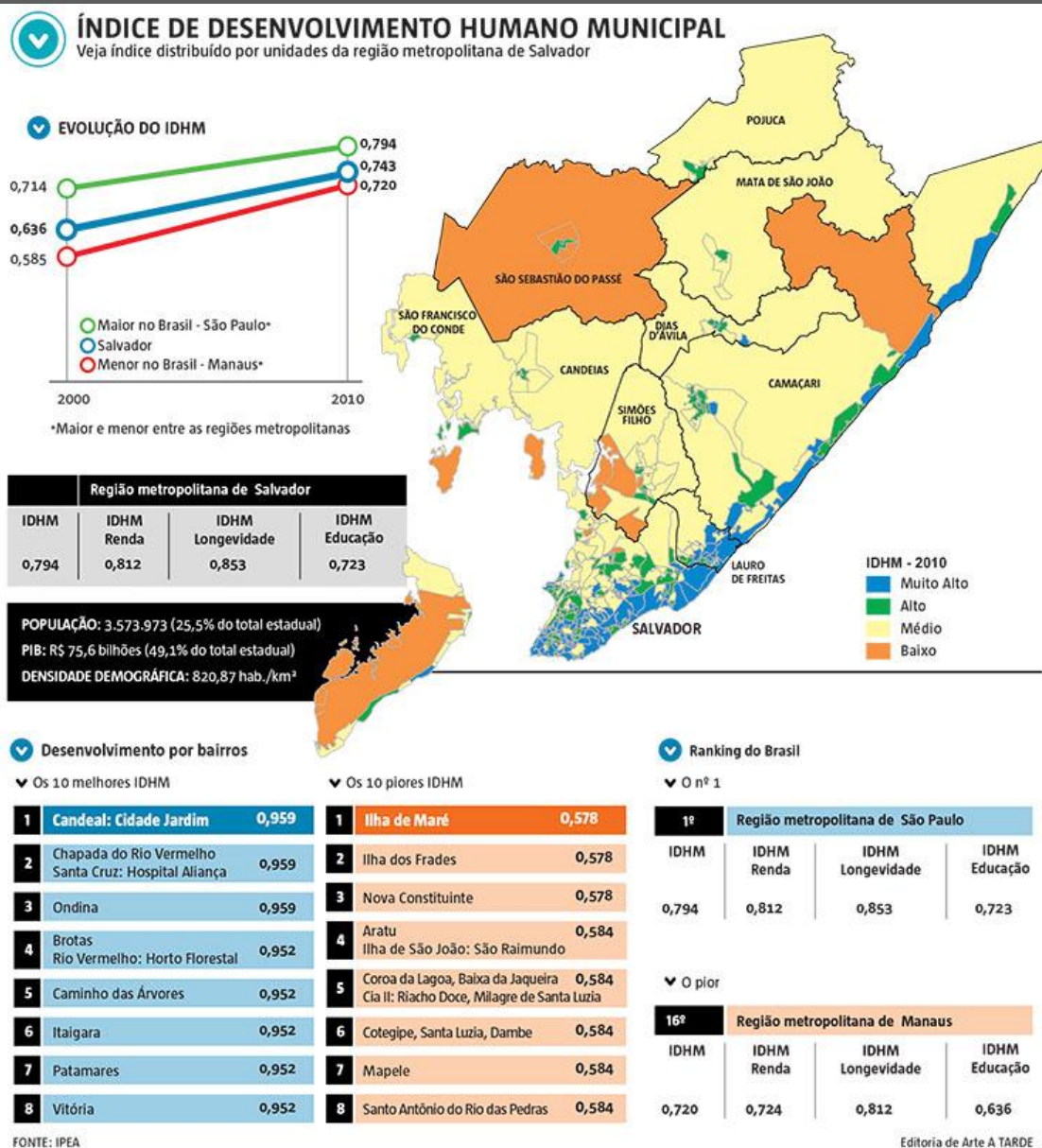
Em Salvador os PUI irão articular as ações municipais adequando e promovendo espaços públicos, equipamentos educativos, esportivos e culturais, programas habitacionais de melhoramento e construção de novas unidades estruturando-as a partir da mobilidade e do meio ambiente – dimensão física – reduzindo seus impactos nocivos.

Nele, o Governo de Salvador atuará de forma integrada com a comunidade e seus diferentes atores – **dimensão social** – para que, por meio da participação popular, essa se aproprie dos espaços, equipamentos e crie responsabilidade social.

Em seguida, a população ajudará definindo os papéis de gestão – **dimensão institucional** – que irá colaborar para o aumento da eficiência administrativa por meio do controle social potencializando os efeitos planejados.

Nosso projeto irá implementar os PUI em regiões abandonadas historicamente pelo Estado onde se tem os piores índices de IDH da cidade como Ilha da Maré, Ilha dos Frades, Nova Constituinte, Aratu, Ilha de São João, São Raimundo, Coroa da Lagoa, Baixa da Jaqueira, Cía II, Riacho Doce, Milagre de Santa Luzia, Cotegipe, Santa Luzia, Dambe, Mapele, Santo Antônio do Rio das Pedras.

Reduziremos a dívida social de Salvador expressa no mapa apresentado a seguir, construído pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): regiões com menor IDH e que receberão prioridade na implementação dos PUI.



O nosso programa será realizado em três etapas:

Planejamento Prévio: será estudado e reconhecido o território, delimitando o PUI que atenderá uma determinada região, identificando os componentes de projeto, definindo as ações municipais e, por fim, estruturando o modelo de gestão e seus convênios de administrações. Serão criadas Empresas de Desenvolvimento Urbano – EDU, que terão no seu conselho gestor membros das comunidades e cuidarão do operacional dos projetos;

Operação PUI: a partir do Plano Chefe definido por diagnóstico, o PUI será desenhado, executado e posto em uso pelas EDU definidas anteriormente;

Entrega PUI: após a entrega do projeto à população a EDU disponibilizará toda a informação à prefeitura que dá continuidade aos programas estabelecidos no PUI por meio de entidade capacitada.

Os Projetos Urbanos Integrais (PUI) irão melhorar as condições de vida dos moradores dos assentamentos informais.

Nos planos incorporarão todos os elementos do desenvolvimento de forma simultânea, através de obras de infraestrutura com os mais altos padrões de qualidade e o elemento fundamental para sua continuidade: a participação comunitária.

O projeto será executado sob três grandes linhas ou eixos, registradas em todo o processo e que são:

Intervenção física: iremos adequar o espaço público a partir das escolas existentes no Município. Por terem uma distribuição territorial homogênea, começaremos as intervenções no entorno do equipamento passando a expandir pelo restante do território, através da melhoria de ruas e da construção de parques e praças, bibliotecas públicas, terminais de ônibus, delegacias de polícia, centros educativos, cantinas escolares, centros de saúde e arenas esportivas. Incentivaremos, nesses locais, a mobilidade dos pedestres e ao transporte público. Atenuaremos o desgaste do meio ambiente, construindo sistemas coletores e de tratamento de esgoto, e realocaremos residências localizadas em áreas de risco.

Coordenação interinstitucional: promoveremos intervenções do Governo Municipal definidos a partir de um comitê administrador, mesas de trabalho com entidades públicas, privadas e acadêmicas, e a gestão para a participação das entidades nacionais e os agentes de cooperação internacional. A ideia é que nenhum departamento ou órgão atue desvinculado do macroplanejamento estabelecido em cada PUI.

Gestão social: fortaleceremos as organizações comunitárias através do treinamento de líderes e do monitoramento e avaliação do projeto. Promoveremos programas habitacionais através da regularização,

Os PUI serão o carro chefe do governo para trazer os bairros de Salvador para o protagonismo político da capital.

Executaremos a implementação do programa no entorno das escolas que constituirão verdadeiras comunidades educadoras. Será por meio das mães e da comunidade escolar que construiremos um novo marco de uma Salvador acima de tudo humana e moderna.

Salvador: uma cidade governada pela metade

Ao localizarmos cada equipamento de saúde, educação, assistência social e cultura no mapa de Salvador, percebemos nitidamente como os governos municipais privilegiam os bairros nobres e centrais.

Vejamos os mapas que apresentamos a seguir: em azul, as escolas municipais; em verde, as UBS; em cinza, os CRAS; e em amarelo, os equipamentos culturais.

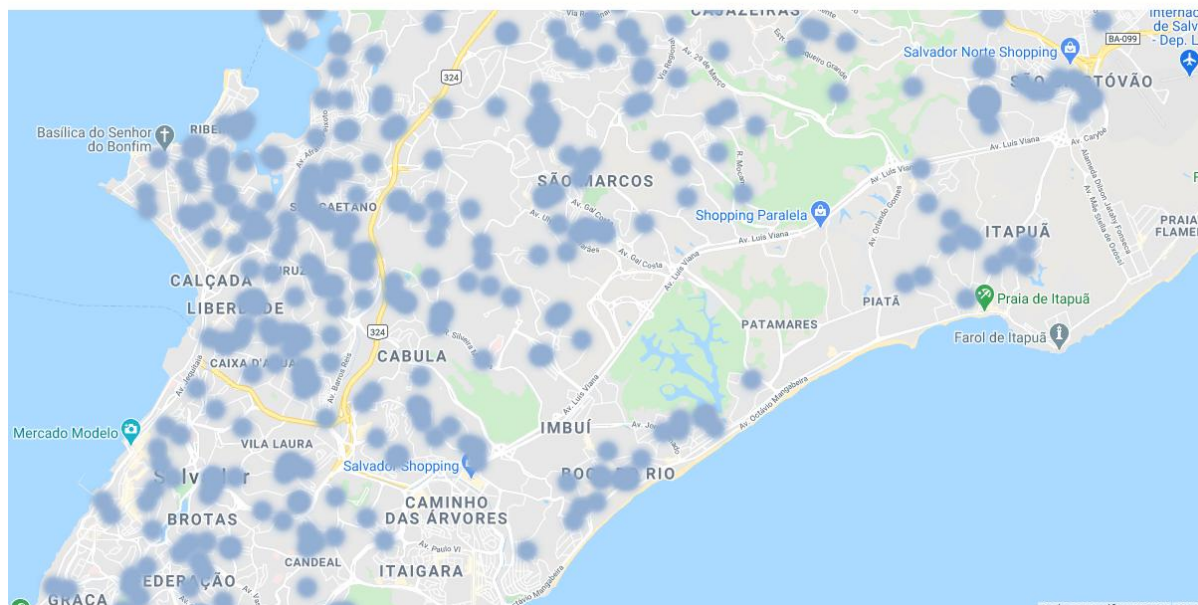
As escolas se espalham pelo território de Salvador, mas vão rareando para a região da Boca do Rio e Itapuã.

A situação é ainda pior em relação ao investimento em equipamentos culturais. Pelo mapa, percebe-se que não há investimentos na linha que vai de São Marcos e Itapuã para cima. Cultura, em Salvador, é coisa para quem vive no sul da cidade.

Vejamos mais de perto.

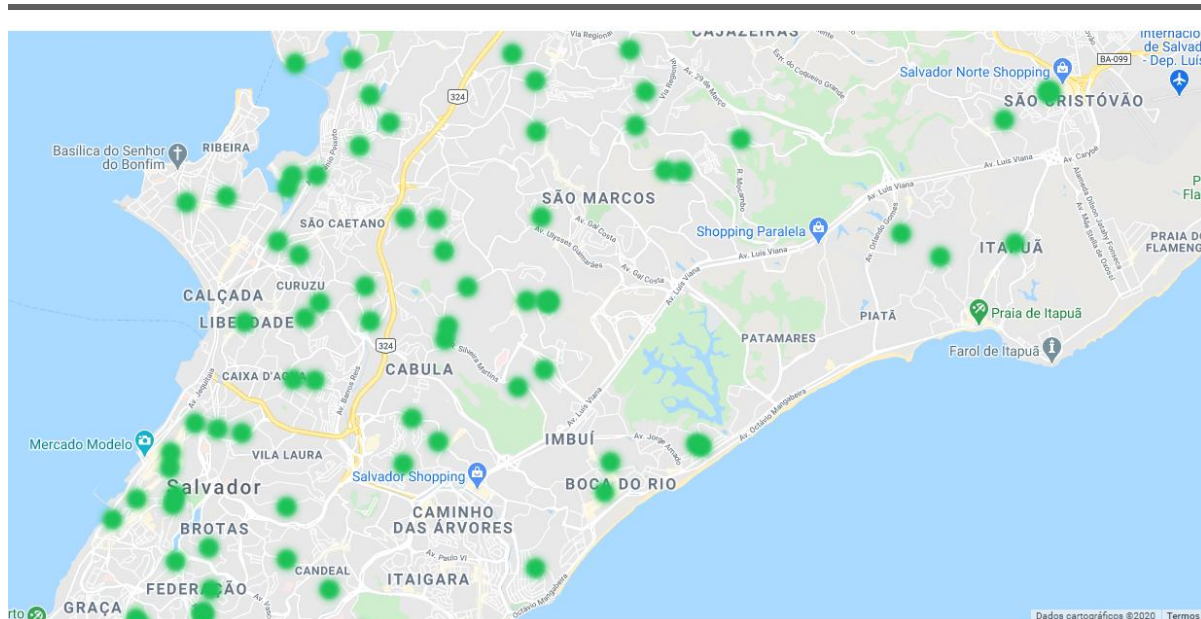
Começemos com as regiões de concentração das escolas. Quanto maior a bola azul, mais escolas se concentram naquela região.

Educação



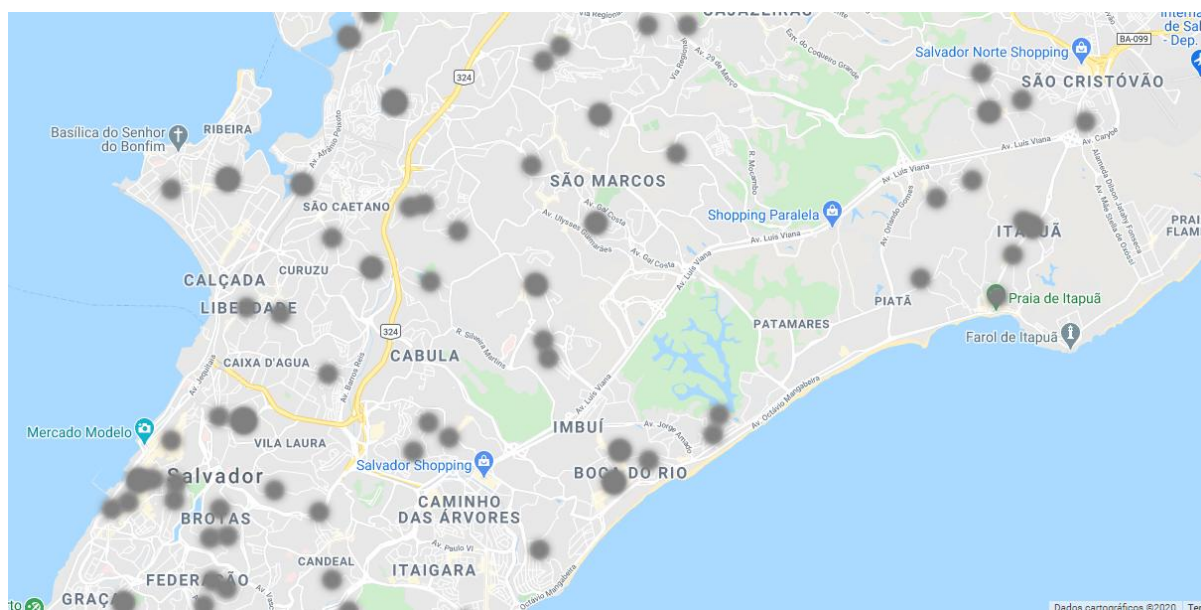
Na saúde, é nítido que o número de equipamentos – no caso, UBS – é muito menor que o de escolas. Novamente, o sul da cidade é privilegiado e quanto mais nos aproximamos de Itapuã e dos bairros do nordeste da cidade, menos UBS aparecem no mapa.

Saúde



Encontramos ainda menos equipamentos de assistência social – CRAS – e, agora, mais regiões são desassistidas, principalmente ao norte da cidade. Obrigando assim, a população a percorrer grandes distâncias. Diferente de quem vive ao sul.

CRAS

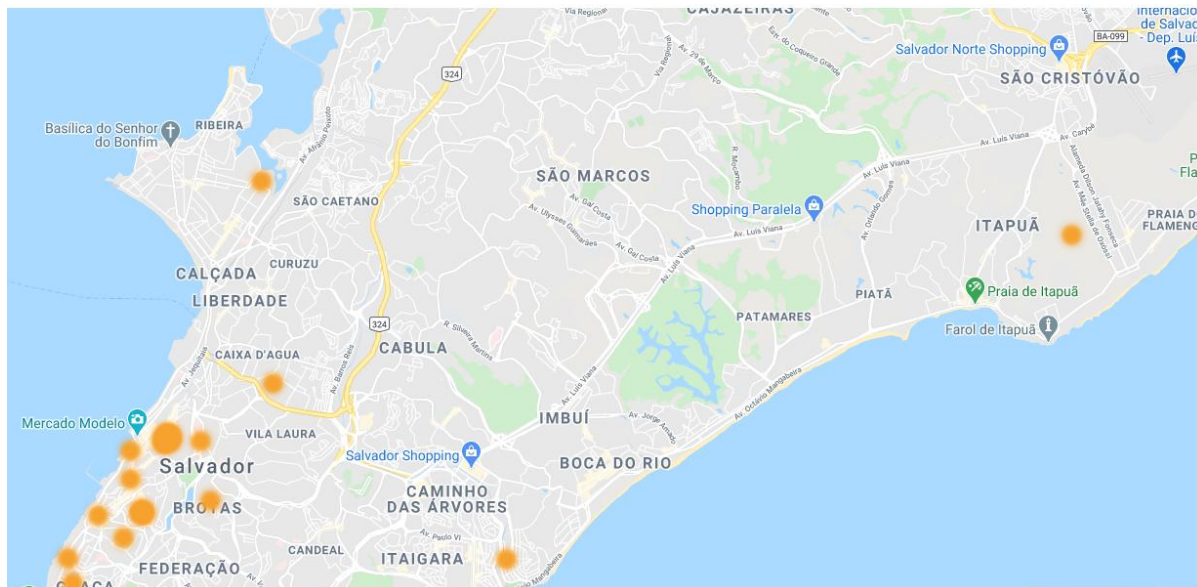


Finalmente, chegamos à situação ainda mais grave: a dos equipamentos culturais. Uma cidade cuja marca é sua expressão cultural, sua música, sua literatura, suas artes plásticas, enfim, aquilo que faz pulsar a vida em Salvador, é desprezada pelo governo municipal.

No mapa apresentado a seguir, não há como não perceber o deserto de investimentos em equipamentos culturais. A concentração está ainda mais limitada à região sudoeste de Salvador. É como se a cidade tivesse apenas uma pequena porção de cidadãos que produzem cultura. Uma cidade que vive da sua imagem

cultural, mas que é dividida em duas partes, como se existisse um muro invisível que somente os governos municipais sabem os motivos de sua existência.

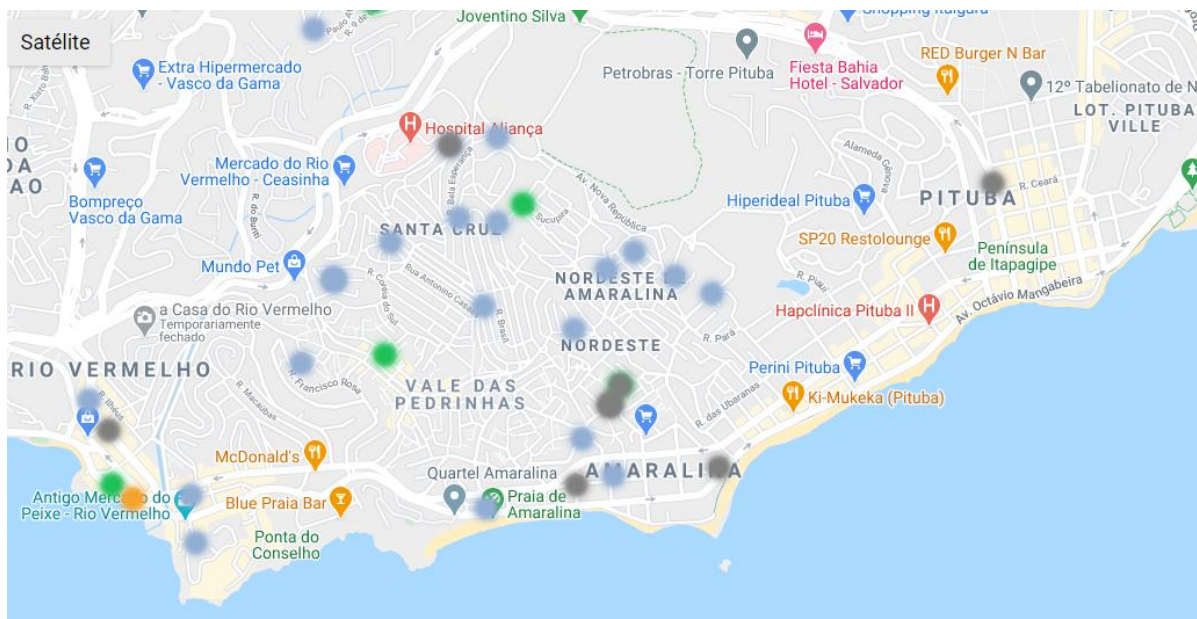
Equipamentos Culturais



Um olhar sobre os bairros periféricos

Vejamos, agora, os quatro tipos de equipamentos (UBS, CRAS, Escolas Municipais e Equipamentos Culturais) em algumas regiões. Os próximos mapas nos ajudam a perceber quais são os investimentos da Prefeitura de Salvador nessas regiões para compreendermos se o governo trata todos que vivem aqui da mesma maneira.

Vejamos a região de **Amaralina e Rio Vermelho**.

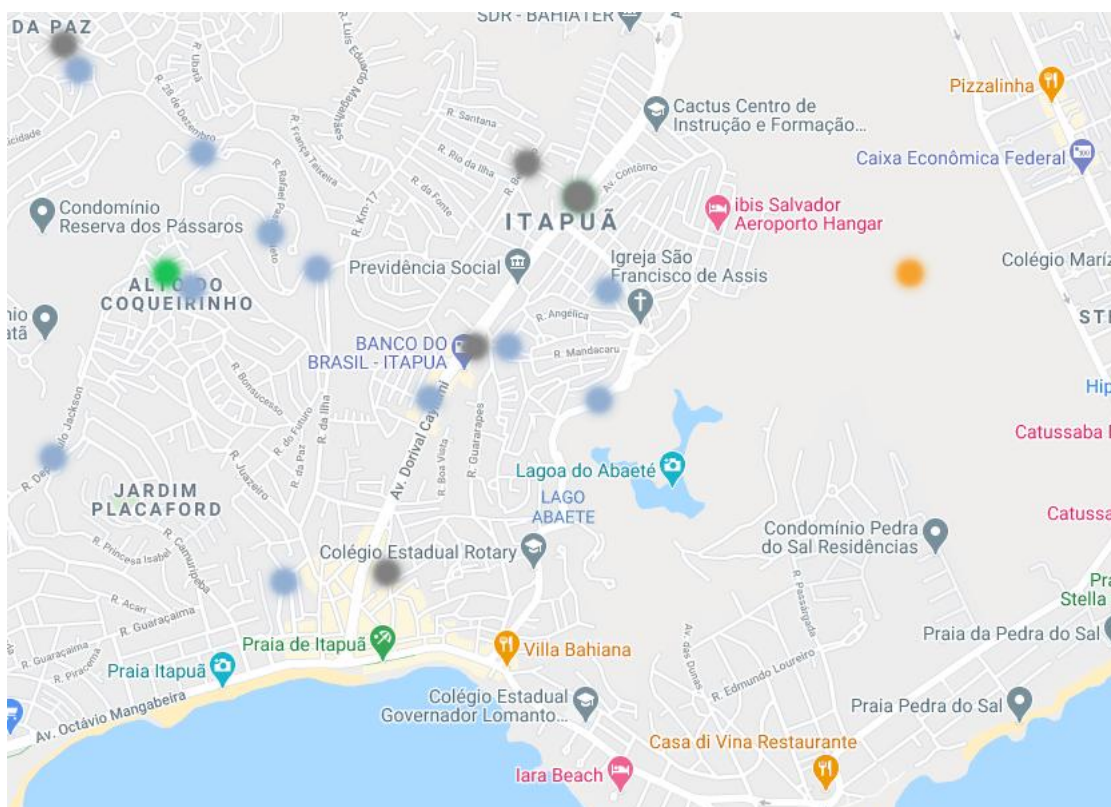


Não há investimentos significativos em equipamentos culturais e UBS. Há mais CRAS na região de Amaralina que na região do Rio Vermelho. Não fica nítido o

critério do governo para construir esses equipamentos. Não parece ter uma visão estratégica e integrada entre as diversas áreas para pensar a oferta de serviços e equipamentos.

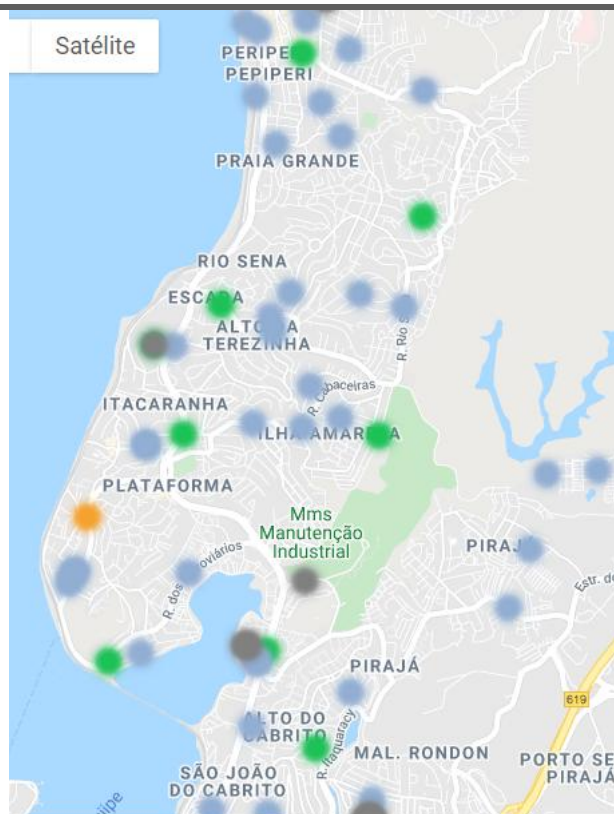
Vejam, agora, a situação de Itapuã.

Nesta região, até escolas municipais são poucas. Novamente, equipamentos culturais praticamente desaparecem em Itapuã, assim como UBS.

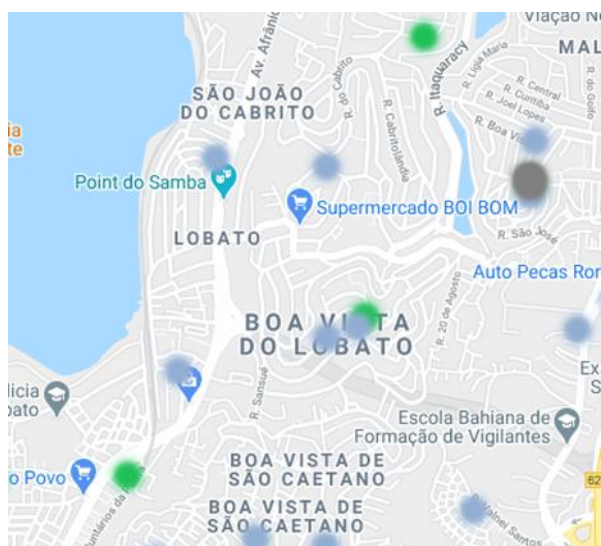


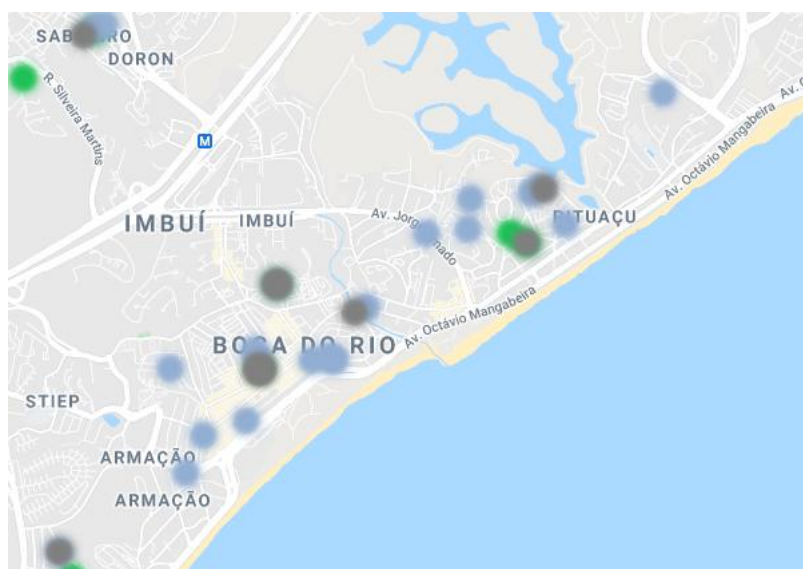
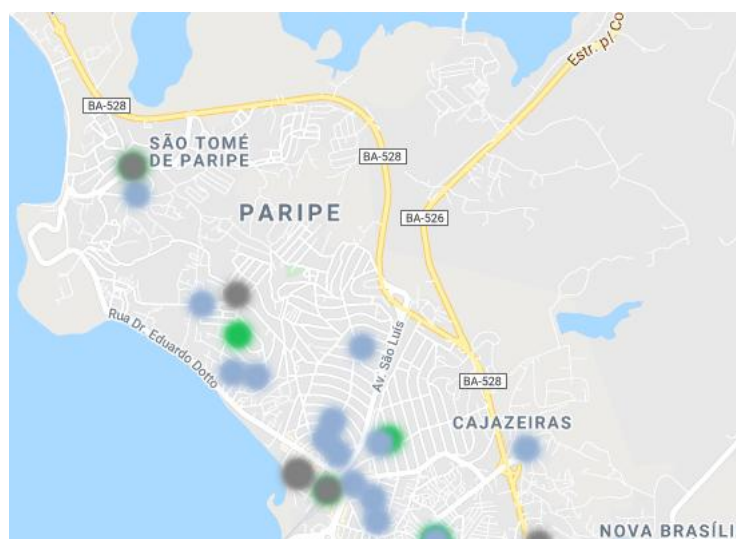
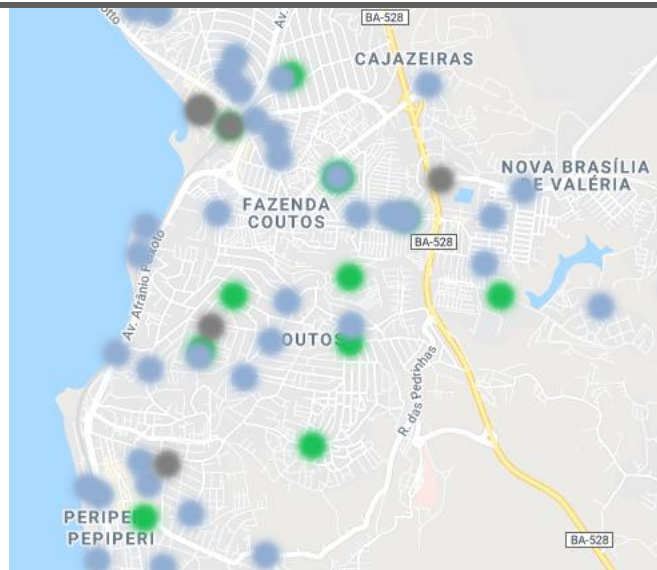
Já na região que vai de **Periperi até São do Cabrito**, temos muitas escolas, mas, quase inexistem equipamentos culturais. As UBS são mais esparsas e é ainda menor o número de CRAS. A prioridade de investimentos nessas regiões – ou a falta dela – vai ficando nítida: cultura não é o forte do governo de Salvador. Mas, os investimentos em assistência social e saúde também não parecem seguir alguma coerência.

O mapa apresentado a seguir não deixa dúvidas.



Equipamentos culturais municipais inexistem em Lobato, em Coutos, em Paripe, na Boca do Rio e Pituaçu.





As sete áreas prioritárias

1. Assistência Social

2. Cultura

3. Educação

4. Juventude

5. Saúde

6. Segurança Pública

7. Trabalho, Emprego e Renda

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social é, por essência, a política pública que assegura a proteção social aos cidadãos que dela necessitar. É portanto uma política pública centrada na preservação da vida e na aquisição dos direitos de cidadania, cuja metodologia de trabalho está calcada na execução do trabalho sócio relacional.

Nesse sentido, o trabalho social realizado pelos operadores da política é o foco central, mas, para que esse trabalho tenha a resolutividade necessária, é preciso dotar os serviços socioassistenciais de uma infraestrutura adequada, sistemas tecnológicos atualizados e uma rede de serviços socioassistenciais diversificada, qualificada e em número suficiente.

Desse modo, o compromisso da presente proposta traduz a convergência de esforços para a efetivação da arquitetura institucional do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e sua implementação, conformando robustez desta política no município. A defesa da institucionalidade do Sistema permeia, de forma estratégica e planejada, o compromisso com a garantia dos direitos socioassistenciais, com a gestão compartilhada, democrática, participativa e com a transparência pública.

A construção das propostas aqui apresentadas parte dessa premissa e traz as diretrizes e os projetos para a gestão da Assistência Social em Salvador para os próximos 4 (quatro) anos. São elas:

1. Aprimorar o vínculo entre a política de Assistência Social de Salvador e a Política Nacional de Assistência Social para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visando delimitar o campo de atuação da Assistência Social e garantir maior resolutividade.

Para tanto, propomos a execução das seguintes medidas:

- A) Expandir a presença do poder público nos territórios de maior risco e vulnerabilidade social (exemplo: Ilhas da Maré, Ilha Solteira, Subúrbio Ferroviário, etc.);
- B) Qualificar a relação entre os benefícios e os serviços socioassistenciais, bem como realizar ações intersetoriais que visem o fortalecimento das famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) e aquelas em acompanhamento no PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e no PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos);
- C) Implantar o prontuário eletrônico do SUAS;
- D) Ampliar o número de vagas dos SCFV (Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) e realizar a inclusão do público prioritário no Sistema de Convivência do SUAS - SISC, a fim de garantir 100% do repasse do cofinanciamento federal e expandir a proteção social às crianças, adolescentes, jovens e idosos de Salvador;

-
- E) Ampliar o cofinanciamento federal das unidades estatais CRAS e CREAS, atendendo as legislações e diretrizes do SUAS em relação aos recursos humanos na composição das equipes técnicas, homologando o concurso público vigente.
 - F) Atualizar o Diagnóstico Socioterritorial de Salvador, em observância à NOB SUAS 2012, identificando riscos, vulnerabilidades, potencialidades, necessidades e demandas territoriais no plano coletivo que devem balizar as estratégias e a organização das ofertas da assistência social no município. Trata-se de instrumento de planejamento, monitoramento, avaliação e gestão da informação.
 - G) Fortalecer o CMASS - Conselho Municipal de Assistência Social de Salvador para regulamentar a instituição dos Conselhos Gestores das Unidades estatais do SUAS (CRAS, CREAS, Centros Pop), considerando que a gestão democrática da assistência social, que tem na participação da sociedade civil, nos processos de formulação das políticas e na fiscalização das ações seus traços mais inovadores.

2. Programa de regulação dos serviços conveniados com organizações sociais por meio do Vínculo SUAS

Para operar esta regulação, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- A) Assegurar aos serviços socioassistenciais a heterogeneidade de atenções em forma de rede integrada e complementar que garanta acolhida, convívio, autonomia e equidade, o que exige expansão de cobertura, recursos e profissionais com resolutividade na atenção;
- B) Construir estudos de demanda e cobertura dos serviços socioassistenciais na cidade por território, tipologia e segmento social, verificando o índice de ocupação de vagas, a demanda reprimida, as condições de funcionamento e os padrões de qualidade e custeio;
- C) Fomentar o conceito de envelhecimento ativo, expandir e requalificar os serviços de proteção social à pessoa idosa, quais sejam: as unidades de convívio social, os Centros de Dia e as ILPI - Instituições de Longa Permanência para Idosos;
- D) Implementar processos de monitoramento, supervisão e avaliação continuada dos serviços socioassistenciais.

3. Qualificação da gestão pública do SUAS em Salvador

Serão desenvolvidos mecanismos qualificadores da gestão pública do SUAS no município e realizados processos de educação permanente de servidores públicos, conselheiros e trabalhadores das organizações sociais prestadoras de serviços socioassistenciais. Ressignificar a política pública de assistência social implica tratar a questão de recursos humanos como estratégica, por não haver tecnologias substitutivas do trabalho humano nessa área. Para tanto, são previstas as seguintes ações:

- A) Implementar a Gestão do Trabalho no SUAS e o Núcleo de Educação Permanente no Município de Salvador, com efetiva participação dos seus trabalhadores.
- B) Criar e implementar o Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS abrangendo os trabalhadores da rede socioassistencial estatal e executada por meio de Termos de Colaboração;
- C) Garantir aos profissionais do SUAS condições técnico-operacionais e formação/educação permanente para identificar as desproteções sócio relacionais, a fim de qualificar os atendimentos sociais ofertados nas unidades da rede de proteção social de Salvador e, com isso, afiançar proteção social à população demandatária;
- D) Qualificar as intervenções profissionais de Trabalhadores do SUAS na operacionalização da metodologia de Convivência de Fortalecimento de Vínculos e trabalho social com famílias.

4. Protocolos e acordos para melhor resolutividade e alcance de direitos sociais. Serão mantidos protocolos e acordos interinstitucionais e intersetoriais que promovam melhor resolutividade e alcance de direitos sociais e preservação de direitos humanos.

- A) Implantar um programa de transferência de renda condicionada para jovens de 16 a 24 anos, em situação de extrema pobreza, beneficiários do PBF em Salvador, com defasagem escolar de no mínimo 02 anos, ou situação de evasão escolar.
- B) Implantar um grupo intersetorial, com a participação das Secretarias afetas, para atuação conjunta no fortalecimento das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social com atenção especial para pessoas em situação de rua, pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, crianças e adolescentes em situação de risco, LGBTI, egressos do sistema carcerário e pessoas não alfabetizadas no que concerne a cada política, com a participação paritária da gestão, trabalhadorEs, usuárias(os, Es), organizações e movimentos sociais, com vistas a sistematização de um Protocolo de Atenções.

-
- C) Desenvolver a Metodologia necessária para a implantação do Mapa Intersetorial de Vulnerabilidade e Risco Social da cidade de Salvador, a fim de utilizar os indicadores do Diagnóstico Socioterritorial para delimitar os territórios com maior incidência de vulnerabilidade e risco social e realizar um conjunto de ações intersetoriais de combate e enfrentamento. A título de exemplo, podemos indicar a Baixa do Fiscal (região do bairro Calçada), com alta incidência de risco na área da Assistência Social, Saúde e Juventude.
- D) Criar GT (Grupo de Trabalho) intersetorial para a gestão do Programa BPC (Benefício de Prestação Continuada) na Escola e BPC Trabalho, tendo-se em vista a superação das barreiras que impedem o acesso escolar das crianças e adolescentes com deficiência.
- E) Implantar e fortalecer, no âmbito de competência da assistência social, as ações estabelecidas no Plano Municipal para a Infância e Adolescência do Município de Salvador nos próximos 4 (quatro) anos.
- F) Construir protocolo integrado entre o órgão gestor da assistência social e da educação municipal para o atendimento a crianças e adolescentes, com vistas a articulação para: acompanhamento efetivo das condicionalidades do Programa Bolsa Família, atendimento integrado das crianças e adolescentes usuárias dos SCFV, dos serviços de acolhimento institucional e dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
- G) Em articulação com atores do SGD - Sistema de Garantia de Direitos e, através do Comitê Intersetorial de Combate ao Trabalho Infantil, elaborar e, no âmbito das competências da assistência social, implementar o Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Salvador.
- H) Em articulação com atores do SGD elaborar e, no âmbito das competências da assistência social, implementar o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes de Salvador.
- I) Construir protocolo integrado entre o órgão gestor municipal da assistência social e a saúde para os serviços de acolhimento, visando a articulação das redes de proteção social de ambas as políticas públicas, sobretudo para os Serviços de Acolhimento para idosos e pessoas em situação de rua.
- J) Promover a interlocução e a ação integrada de CRAS, CREAS e Centro Pop e a criação de Protocolos e Fluxos de Atendimento.
- K) Fortalecer as redes de serviços socioassistenciais e a consequente reflexão sobre trabalho social e suas fortalezas e fragilidades em Salvador.
- L) Ação Intersetorial como eixo estruturante das políticas públicas do município, tendo como ponto central, a implantação de um Programa Social para Jovens.

PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA JOVENS “TAMU JUNTO”

Os dados gerais do PBF em conjunto com os dados do diagnóstico das áreas de Saúde, Assistência Social, Juventude, Trabalho e Renda, demonstram, de maneira inequívoca, a extensão das vulnerabilidades e riscos sociais a que os jovens estão expostos em Salvador, bem como nos permitem identificar a juventude como público prioritário para as ações de governo.

A proposta de Articulação Intersetorial

O Programa para a Juventude surge a partir de uma proposta de governo intersectorial, que prevê uma gestão mais eficaz e eficiente, focada no atendimento integral do cidadão e que propõe ações conjuntas que possibilitem o enfrentamento às barreiras de acesso a direitos sociais e o combate às situações de violências e risco social, ratificando um dos temas centrais e premissas bas

O público alvo são os jovens de 16 a 24 anos, em situação de extrema pobreza, beneficiários do PBF em Salvador, com defasagem escolar de, no mínimo 02 anos, ou em situação de evasão escolar.

O eixo central do Programa é a articulação e a integração do acesso à educação formal, à proteção social e suas seguranças sociais de renda e convívio e a inserção no mundo do trabalho. Alicerçado na construção de um projeto de vida, no qual o jovem possa ampliar e diversificar seu repertório, desenvolver potencialidades, protagonismo e pensar estratégias para concretizar seu projeto de futuro, pessoal e profissional.

Condicionantes para ingressar no Programa:

- Estar matriculado no EJA Fundamental I e II ou Ensino médio.
- Estar matriculado em atividades sócio educativas de convívio sócio relacional;
- Estar matriculado em atividades de capacitação profissional e empreendedorismo social;
- Ter, em todas as ações do Programa, a frequência mínima de 85%.

Essa proposta apresenta uma ideia geral sobre o Programa, e, para avançarmos é preciso validá-la, junto à equipe de governo. Para tanto, deverá ser alvo de construção conjunta (assistência social, educação, juventude, trabalho e renda), objetivando expressar a identidade de cada área participante e, ainda, ser validado, por representatividade, através de lideranças da juventude de Salvador.

CULTURA

“Arte é algo de muito mais complexo e de muito mais completo que uma ciência”

Anísio Teixeira

Salvador, a primeira capital do Brasil, a cidade da arte e da cultura completas. A cidade da primeira revolução social brasileira. A África no Brasil. As ideias, as revoltas, as lutas, os ideais. As artistas e os artistas. A música, o acarajé, as festas, a história, as ladeiras, os poetas, os terreiros, a literatura, as artes visuais, as revoltas, os quilombos, as igrejas centenárias, o casario, o pelourinho, os mercados, o teatro, as ruas, a gente. A gente da Bahia de São Salvador.

Cultura não pode ser compreendida enquanto uma política isolada nela mesma. Ao contrário, Cultura é a seiva que deve alimentar e vitalizar todas as políticas públicas de gestão de uma cidade. Tudo é Cultura! Ainda mais em Salvador, a cidade que pulsa cultura e arte.

A cultura é a maior riqueza de Salvador. Abraçados a ela, daremos um subiremos e descenderemos as ladeiras de uma Salvador que tem que ser boa e justa para toda sua população.

Os desafios são grandes e motivadores, e, por mais difíceis que pareçam, serão nossa alavanca.

Nossa vida cultural é intensa, nas praças, nas ruas, nos teatros, nas galerias, nos mercados, nos pontos de cultura, nos blocos e afoxés, nas rodas de capoeira, na culinária, nos tabuleiros das baianas. São múltiplos os equipamentos culturais, oficinas artísticas, bibliotecas e acervos históricos, tangíveis e intangíveis. O fomento para a articulação dessa rica produção cultural e artística na cidade compreende diversos desafios para uma construção coletiva, e não somente particular, de cada iniciativa e proposta apresentada para o incentivo municipal.

São eles:

Precária institucionalidade da gestão pública da cultura na perspectiva da transversalidade e da intersetorialidade. Essa não é uma constatação tão somente de nosso plano de governo, mas do Plano Municipal de Cultura de Salvador, definido em conferência junto à sociedade, em 2019. A Fundação Gregório de Mattos conta com estrutura organizacional defasada e, como órgão vinculado à Secretaria de Cultura e Turismo, não tem a exclusividade na gestão de ações públicas de cultura no município, gerando duplicidade e sobreposições, no que resulta em áreas desassistidas, frágil territorialização, deficiente sistema de financiamento à cultura, ineficiente articulação interinstitucional e mobilização de recursos, além de defasagem na realização de processos seletivos para provimento de cargos efetivos e temporários.

Propostas:

- Consolidar o Sistema Municipal de Cultura, atualizando e regulamentando os marcos legais para o pleno funcionamento deste;
- O Conselho Municipal de Cultura precisa ser fortalecido e, de fato, escutado como expressão da rica diversidade cultural soteropolitana e, indo além, incentivando e apoiando a criação de fóruns setoriais e territoriais, incluindo comitês de gestão compartilhada Estado/Sociedade em cada equipamento cultural municipal;
- Garantir a execução do Plano Municipal de Cultura, como expressão de um acordo de longo prazo entre Estado e Sociedade, e que, para além de um papel a ser esquecido nos escaninhos da burocracia, deve ser cumprido com zelo e respeito ao esforço, reflexão, compromissos e vontades coletivas;
- Realizar Conferências de Cultura com regularidade bienal, com a função de realizar balanço sobre a execução do Plano Municipal de Cultural e adequações;
- Assegurar recursos para o efetivo funcionamento do Fundo Municipal de Cultura, atualmente sem regulamentação e com recursos muito aquém das necessidades da dinâmica cultural de Salvador (como exemplo de insuficiência, o principal programa de incentivo à cultura, o Viva a Cultura, criado por lei em 2016, disponibilizou apenas cinco milhões e setecentos mil reais em 2018);
- Fortalecimento da Fundação Gregório de Mattos, com revisão e adequação das áreas e setores existentes, criação de novas áreas, que deem conta da territorialização, financiamento à cultura, pesquisa e sistema de informações, bem como com a realização de concurso público para provimento de cargos.

Salvador registra seis comunidades quilombolas em seu território, com reconhecimento nacional pela Fundação Palmares. São comunidades em situação de vulnerabilidade social e cultural, fruto da falta de valorização e precários investimentos públicos. Nossa cidade também conta com dezessete Terreiros tombados pelo patrimônio cultural e mais de seiscentos cadastrados. Todavia, nos últimos anos, tem aumentado a intolerância religiosa, com ataques e violências que incluem destruição de terreiros e agressões físicas. Apesar de Salvador possuir um Observatório sobre a Discriminação racial e Religiosa, não há dados sistematizados sobre a proteção aos terreiros da parte do poder público municipal.

Em Salvador, em cada beco é possível encontrar um projeto cultural e artístico. No entanto, o poder público não olha para eles, ou quando olha, olha com desdém.

Esse desdém fica ainda mais evidente quando analisamos o total de projetos contemplados para as culturas negras e identitárias. Entre 2013 e 2018 apenas 80 projetos foram contemplados através dos editais da FGM. Em relação à Casa do Benin, Espaço Cultural Barroquinha e projeto Boca de Brasa, voltados para as culturas negras, sequer existem dados quantitativos e sistematizados sobre os projetos contemplados pelos editais e realizados nos referidos equipamentos culturais, conforme reconhecido no Plano Municipal de Cultura de 2019.

Propostas:

- Consolidar rede municipal de Pontos de Cultura, identificando e apoiando iniciativas comunitárias, com repasse regular de recursos e ações de dinamização: Bolsa mensal para mestras e mestres da cultura popular, grãos; bolsas para jovens aprendizes em pontos de cultura; cultura e saúde; economias vivas; interações estéticas; pontinhos de cultura para a infância e atividades lúdicas. Enfim, consolidar os preceitos do programa Cultura Viva, que tão lindamente se difundiu pelo Brasil e América Latina a partir da gestão do ministro Gilberto Gil, um baiano;
- Promover ações de tolerância religiosa a partir da Cultura do Encontro, da paz e convivência entre religiões, seja em programações específicas, seja em ações permanentes em espaços culturais e educacionais;
- Implantar espaços de memória e de tradição dos povos e comunidades afro-brasileiros em terreiros de religião de atriz africana, com meta, de acordo com o plano municipal de cultura de 2019, de ao menos dez; bem como a recuperação e preservação de fontes sagradas de terreiros de candomblé;
- Fortalecimento do Observatório da Diversidade Cultural e Religiosa;
- Ações de inventário, documentação, pesquisa e guarda de acervos relativos à diversidade cultural, étnica e de gênero;
- Editais anuais específicos para a temática da cultura de convivência e paz em ambientes de diversidade religiosa, étnica, geracional e de gênero;
- Implantar o Centro de Referência das Culturas Negras, Tradicionais e Identitárias, com a realização de Bienal das Culturas Negras e linha de fomento específico;
- Reconectar a Escola Pública com circuitos de referência das culturas tradicionais e identitárias, incluindo circuito quilombola.

Fomento às Artes e à Cultura. O Sistema Municipal de Cultura em Salvador foi instituído em 2014, pela lei 8.551, porém, o principal mecanismo de execução do Sistema, que seria o Fundo Municipal de Cultura, segue sem regulamentação.

Os recursos para a lei 9124/2015, para o Programa de Incentivo à Cultura – Viva Cultural, são absolutamente insuficientes. O mesmo em relação aos editais da FGM, “Arte em toda parte”, “Arte todo dia”, “Capoeira Viva” e “Selo Literário João Ubaldo Ribeiro”. Nos últimos quatro anos a média anual de projetos fomentados foi de apenas 45; isso em uma cidade com três milhões de habitantes.

Em 2018 o “Arte todo dia” aplicou um total de R\$ 700.000,00 em 30 projetos.

Para além de uma política cultural para os moradores da cidade, esse descaso com o fazer cultural cotidiano de nossos criadores afeta, inclusive, a indústria do turismo. Salvador não pode basear seu turismo na sazonalidade do carnaval, por mais estendida que seja a festa, ou grandes eventos, ou praia. Nossa maior riqueza é nossa cultura. E ela acontece todo dia. Pena que o atual governo não perceba isso.

Com o “Capoeira Viva” houve apenas 18 projetos contemplados desde 2017.
Propostas:

- Ampliar recursos, em ao menos 100% até 2022, para o conjunto dos editais de fomento;
- Incluir grafite, hip hop, rap e circo na linha de financiamento do programa “Arte em toda parte”;
- Simplificação e desburocratização nos modelos de inscrição e prestação de contas em todos os editais de fomento e financiamento. Artista é para criar;
- Fortalecimento, descentralização e ampliação da grade de programação dos eventos culturais e turísticos de calendário, abrindo possibilidade de maior inclusão de grupos artísticos, incluindo iniciantes;
- Descentralização de parte dos editais, com ações específicas em cada território da cidade, incluindo pontuação diferenciada para iniciantes ou setores, regiões e territórios com menor acesso aos recursos públicos;
- Aperfeiçoamento de Sistema de Informações, pesquisa e avaliação sobre o impacto dos editais na dinâmica cultural da cidade e dos territórios;
- Abertura de linha específica e regular para Intercâmbio, Residências Artísticas e Circulação territorial, nacional e internacional das produções artísticas geradas em Salvador, não somente as artes performáticas, como visuais e do pensamento;
- Mapeamento e cadastramento das culturas vivas, com apoio à capacitação e realização de eventos e rodadas de negócios para a economia da cultura.

Equipamentos Culturais de administração direta do município. Estamos muito aquém da riqueza cultural de Salvador. A Secult Salvador tem sob relação direta, quatro espaços: Casa de Jorge Amado, Museu do Carnaval, Forte Santa Maria e São Diogo. Sob gestão da Fundação Gregório de Mattos, além da própria sede, o Teatro Gregório de Mattos, Casa do Benin, Espaço Cultural da Barroquinha, Coaty e as bibliotecas Edgar Santos e Denise Tavares. Há também os espaços do “Boca de Brasa”: Subúrbio 360 – Vista Alegre e Teatro Boca de Brasa no CEU de Valéria Cajazeiras. Estão em razoável boa conservação, porém, falta uma política de dinamização artístico-cultural, com ampliação da agenda e popularização do acesso, bem como gestão participativa e compartilhada.

A cidade de Salvador conta com um pulsante conjunto de Espaços Culturais Independentes. Falta, porém, uma ação articulada e permanente do Poder Público, cabe criar e coordenar um Sistema de Espaços Culturais na cidade, integrando equipamentos municipais com espaços comunitários e/ou independentes. Com esse Sistema será possível assegurar apoio e subsídio à manutenção desses Espaços, ampliando a oferta das artes e da cultura à população. A lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, aprovada pelo Congresso Nacional, aponta um novo caminho na relação entre poder público e a manutenção de Espaços Culturais Independentes. Salvador irá receber R\$ 18.700.000,00 para aplicação na manutenção desses Espaços, além de novos Editais e Aquisição de Ativos Culturais. É um considerável volume de recursos, a ser aplicado ainda em 2020, no

combate aos efeitos da pandemia de Covid19 e que, em decorrência, permitirá a realização de um cadastramento de cada um desses Espaços. Isso permitirá que a prefeitura balize suas políticas futuras de subsídio e apoio a esses espaços. De antemão, nossa candidatura se compromete a acompanhar a correta aplicação dos recursos, bem como em extrair ensinamentos para políticas de apoio e manutenção à Espaços Culturais Comunitários e Independentes, numa perspectiva de torna-la perene.

Propostas:

- Implantar equipamento cultural na nova sede da FGM, ativando Café-Teatro e as salas de ensaio;
- Aprofundar processos de gestão compartilhada Poder Público/Sociedade sobre os equipamentos municipais de cultura;
- Implantar Sistema de Espaços Culturais na cidade de Salvador, integrando equipamentos públicos, privados, comunitários e/ou independentes, e assegurando meios de subsídio perene ao funcionamento destes;
- Plano de descentralização de espaços culturais, assegurando, ao final da gestão, ao menos dois espaços culturais independentes por território, em um total de vinte;
- Inventário e mapeamento de espaços públicos com potencial para uso artístico cultural, desde praças, mercados, ruas de lazer, com ênfase e valorização à Feira de São Joaquim;
- Adequar todos os equipamentos culturais municipais à acessibilidade;
- Dinamização do calendário de eventos e seu espraiamento ao longo do ano, bem como sua descentralização territorial;
- Novo Museu da História da Cidade e Museu da Música de Salvador.

Bibliotecas, Livro e Leitura. Salvador é a cidade da literatura, dos poetas e escritores, os do passado, do presente e do futuro. Há a Biblioteca pública municipal, localizada na Cidade Baixa, e duas salas de leitura em Escolas Públicas, nos territórios de Itapuã/Ipitanga e Valéria. A essas, somam-se 29 bibliotecas comunitárias, das quais 14 integrando a rede de bibliotecas comunitárias. Há também o programa “Caminhos da Leitura”, fomentando a leitura e a escrita, seja para crianças, jovens e adultos. Cabe aprofundar essas ações.

Propostas:

- Produção de circulação de 10 mil Sacolas Literárias, junto a rodas de conversa e jogos educativos em Escolas Públicas e espaços comunitários;
- Realização de atividades descentralizadas de incentivo à leitura, em Praças e outros locais públicos, com distribuição de livros em paradas de ônibus e locais de grande circulação de pessoas, bem como incentivo a iniciativas individuais de apoio à leitura, como doação de livros;

- Apoiar a circulação de obras de autores baianos, tanto em escolas públicas, como bibliotecas, sebos e livrarias;
- Garantir uma biblioteca pública, ou, ao menos, uma sala de leitura com bom acervo e suporte digital e audiovisual, em cada um dos territórios de Salvador.

Patrimônio histórico e cultural. São quinhentos anos de história, mais de 3 mil edifícios construídos entre os séculos XVII e XX. Desde 1985 somos Patrimônio Cultural da Humanidade, conforme declaração da UNESCO. Em Salvador a história transpira entre nossos becos e ladeiras. O Pelourinho, o Farol da Barra, o Elevador Lacerda, O Mercado Modelo, os Fortes, os Monumentos, os Chafarizes, os Solares. Noventa e dois bens culturais tombados pelo IPHAN, alguns envolvendo um conjunto de outros edifícios, outros setenta e um pelo IPAC e mais quatro pela FGM. Destes, a prefeitura tem responsabilidade direta sobre dezessete, além da manutenção do entorno dos demais, pode de árvores, limpeza e restauro de monumentos, o Parque de Xangô. Também cabe à prefeitura, em parceria com IPHAN, IPAC e UNESCO, a definição de parâmetros urbanísticos no centro antigo e áreas envoltórias de bens tombados. Estão em curso a restauração e ocupação do Palácio dos Azulejos, e da Casa da História, a ocupar o prédio vizinho, junto com o arquivo histórico; nosso compromisso é de continuar esse processo. E cuidar das nossas heranças, com carinho, respeito e reverência. A material e a imaterial, a visível e a invisível. E com orçamento minimamente adequado; convenhamos, R\$ 540.000,00 em dois anos de investimentos em patrimônio cultural imaterial é irrisório, em verdade, um desrespeito e descompromisso com o rico patrimônio imaterial do povo baiano.

Propostas:

- Ampliar estrutura e instituir mecanismos de salvaguarda do patrimônio cultural, com participação do Poder Público, Proprietários e Comunidades do entorno;
- Incentivo fiscal com isenção tributária e linha de fomento e financiamento para proprietários de imóveis tombados, considerados preservados;
- Cartografia dinâmica do patrimônio cultural material e imaterial;
- Capacitação de mediadores culturais nas comunidades tradicionais e áreas preservadas;
- Capacitação profissional de técnicos em restauro e conservação;
- Ações de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, incluindo publicações e mecanismos de fomento;
- Ações Educativas de caráter transversal, intersetorial e permanente na valorização, proteção e promoção do patrimônio cultural e sempre com base no Estatuto da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa.

Salvador Criativa, a Economia da Cultura. Por sua diversidade e pujança cultural, Salvador tem todas as condições para se transformar em uma das principais capitais da cultura e da criatividade no hemisfério Sul. Cidade cosmopolita, Salvador faz a conexão entre mundos, unindo Europa, Américas e África. É esse caldo de cultura que nos referencia e nos projeta ao terceiro milênio. Em 2018 foi realizado o Salvador Creativity and Media Festival (Scream), envolvendo inovação, startups, diversidade, novas mídias e desafios da comunicação. Salvador também é a cidade da moda, gastronomia e cultura alimentar, design, artesanato, novas mídias e audiovisual. São as nossas indústrias criativas. O desafio consiste em consolidá-las como fonte de investimentos, emprego, convivência cidadã e justiça social.

Propostas:

- Consolidar Salvador como polo audiovisual;
- Dinamizar políticas públicas para a consolidação das indústrias criativas;
- Mapear eventos, atividades permanentes e roteiros para a distribuição e comercialização de produtos culturais, circuitos gastronômicos e turismo cultural e de base comunitária;
- Agência Municipal de Fomento às Indústrias criativas e ecológicas, com incentivo e crédito a micro, pequenos e médios empreendimentos nas artes e economia da cultura, incluindo linha específica para culturas negras e cultura LGBTQI+;
- Mapeamento e Cadastramento de artistas e profissionais de apoio a eventos e festas, como o Carnaval, incentivando contratação de fornecedores locais e artistas e mestres e mestras dos saberes tradicionais, manifestações populares e tradicionais;
- Garantir estrutura de apoio e suporte aos trabalhadores em grandes eventos e festas, desde banheiros e espaços de descanso e alimentação, a brinquedotecas e áreas de convivência para filhos e filhas desses trabalhadores.

EDUCAÇÃO

1 milhão de chefes de família mulheres sem conclusão do ensino fundamental

Salvador possui 1 milhão de chefas de famílias monoparentais negras ou pardas, com somente ensino fundamental incompleto. Ganhavam, segundo levantamento de 2015, um salário mínimo ou menos e quase 10% viviam em condição de pobreza extrema.

O impacto deste quadro sobre a vida estudantil de nossas crianças e adolescentes é destacado por estudos recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): mães, sobrecarregadas por várias jornadas e atividades diárias e com baixo nível de instrução formal sofrem para acompanhar seus filhos. Mesmo assim, ainda segundo o IBGE, nunca uma mãe brasileira dedica menos de 30% de seu tempo semanal para os afazeres domésticos e convívio familiar.

A desigualdade social e as dificuldades das famílias batem à porta de nossos alunos.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, 320 mil jovens de 15 a 24 anos não frequentavam escolas, mais de 50% dos jovens de Salvador.

Setenta por cento das crianças e adolescentes (7 a 15 anos) que frequentavam escola na Região Metropolitana de Salvador tinham atraso de, pelo menos, um ano, e cerca da metade, de dois anos.

Entre os adolescentes de 15 a 17 anos (deveriam estar no ensino médio) o abandono escolar foi estimado em 14,5% na região metropolitana.

Não basta implantar aulas de reforço ou oficinas de complementação. É preciso apoiar as mães e as famílias dos nossos alunos, integrando programas e equipes do serviço público. Não basta contratar estagiários para atender alunos que abandonam os estudos. É preciso que o governo vá até a casa dos alunos, escute as famílias, entenda as causas do abandono e as enfrente com precisão.

Salvador não pode continuar sendo uma capital de tentativa e erro na área educacional.

Gargalo nas séries finais do ensino fundamental: atraso escolar e abandono

Pelos motivos expostos, o gargalo da educação municipal de Salvador se concentra nas séries finais do ensino fundamental (com elevação dos índices de abandono a partir dos 11 anos de idade) e na desigualdade de equipamentos em alguns bairros periféricos de Salvador.

Outro problema é o atraso escolar, de 1 ou 2 anos, mais frequente no subúrbio ferroviário e em bairros como Nordeste de Amaralina, Itapuã e São Cristóvão. Como já afirmamos, a desigualdade social bate às portas dos nossos alunos.

Embora tenha ocorrido melhora geral do IDEB das escolas municipais de Salvador a partir de 2013, 4,7% das escolas da rede municipal apresentam um sinal de alerta (não houve crescimento do IDEB e não atingiu a meta) e 24,2% um sinal de atenção (queda no IDEB e não atingiu a meta).

Cerca de cinco mil (5.000) alunos da rede pública municipal de Salvador abandonam as escolas anualmente, seja ao longo do ano letivo ou na rematrícula.

Em 2010, 78,9% da população de Salvador entre 6 e 17 anos estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. De cada 100 alunos (anos iniciais), aproximadamente vinte e um (21) estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais.

Em Salvador, entre 2015 e 2018, foram registrados 122.421 casos de frequência irregular.

A desigualdade social de Salvador se reproduz na infraestrutura escolar e nos investimentos

Segundo Rodrigo da Silva Pereira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, “tem escolas que não têm acesso a saneamento básico, por exemplo; tem escolas que não têm quadra poliesportiva, brinquedoteca”.

As desigualdades e precariedades dos bairros periféricos se repetem na infraestrutura das escolas dessas regiões. Trata-se de uma decisão política do governo municipal.

O governo municipal investiu mais em tecnologia da informação do que formação em recursos humanos.

Ao analisarmos o orçamento da educação municipal de 2019, percebemos um gasto com Tecnologia da Informação de mais de 5 milhões de reais (estavam autorizados 6,4 milhões de reais). Já para a formação em recursos humanos desta pasta o gasto foi de 6 mil reais (autorizados mais de 1 milhão de reais).

Também merece destaque o fato de que, ao contrário do ensino fundamental e educação infantil, a educação de jovens e adultos teve uma redução em sua dotação na ordem de 74%.

O que se percebe é que Salvador tem uma política de investimentos e

execução orçamentária do setor extremamente conservadora do ponto de vista Educacional. Não existem aportes em recursos humanos e os valores investidos são basicamente os percentuais mínimos estabelecidos em lei, o que demonstra que este seguimento não é prioridade do atual governo.

Verifica-se, principalmente na educação infantil, “locação de mão de obra” e prestação de serviços em excesso.

A ausência de uma política mais agressiva e ousada colocou a Secretaria em modo passivo, reativo; e, por conta do fechamento das escolas, não conseguiu se adaptar como a maioria das cidades do Brasil no período da pandemia.

O orçamento da pasta está basicamente voltado para o pagamento de folha (não havendo previsão para reforma e ampliação, formação de profissionais e valorização do servidor).

Solidão: a educação está apartada das outras áreas sociais

Com poucos recursos, infraestrutura desigual e ausência de foco nas pessoas (nos alunos, nas mães e nas suas redes comunitárias), a política educacional de Salvador enxuga gelo porque analisa cada um dos problemas da área de maneira segmentada, isolada, sem perceber que vários desses problemas têm origem na mesma causa.

Deste modo, o governo municipal procura melhorar as condições da educação infantil, mas descuida das séries finais do ensino fundamental; contrata estagiários para superar o abandono escolar, mas não investe em professores e infraestrutura das escolas da periferia de Salvador.

Ao não compreender que educação é uma relação social, onde a vida dos alunos fora da escola impacta seu desempenho e comportamento na escola, o governo de Salvador errou. Cobriu o pé e descobriu a cabeça. É preciso mudar esta situação a partir de um projeto estratégico, que integre áreas e que escute diretores, professores e as famílias de nossos alunos.

Em gestão educacional, não basta bons técnicos; é preciso integrar ações e ter bons ouvidos.

Atualizar as Escolas Parque de Anísio Teixeira

Anísio Teixeira é um dos pilares do pensamento educacional brasileiro. A Finlândia, país que se destaca como referência mundial em educação, segundo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), tem neste educador baiano seu norte conceitual e teórico.

Anísio Teixeira comandou a educação baiana em 1924, quando assumiu o cargo de Inspetor Geral do Ensino da Bahia. Mas foi na década de 1950, quando se torna Secretária de Educação e Saúde do Estado que promove uma das maiores revoluções educacionais que o Brasil já experimentou.

Naquele período, criou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, no bairro da Liberdade, na época, marcado por ruas e becos sem calçamento.

O Centro Educacional funcionava como um semi-internato, recebendo os alunos às 7h30 e terminando suas atividades diárias às 16h30. Anísio chegou a pensar num sistema de internato para crianças abandonadas, projeto que não vingou.

Além do currículo oficial, a proposta deste Centro Educacional era o de integração dos alunos e preparação para o exercício da cidadania. Para tanto, incluía ações e programas que envolvia saúde, alimentação, higiene, prática esportiva e artística. Os alunos recebiam assistência médica, odontológica, orientação educacional e merenda.

O Centro Educacional se organizava em Escola Parque e os das Escolas-Classe. Os alunos estudavam na Escola Parque num turno e na Escola Classe em outro. A Escola Parque desenvolvia trabalhos manuais, artes industriais, educação artística, educação física e atividades de convivência e socialização. Nas escolas-classe os alunos estudavam ciências da natureza e sociais, leitura, escrita e aritmética.

A formação dos professores era motivo de cuidado central neste projeto. Anísio estimulava e promovia estágios, estudos e cursos regulares para o corpo docente. Mais adiante, o Centro Educacional se tornou uma referência em aperfeiçoamento educacional com a criação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, de Salvador, pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, tendo na sua direção o próprio Anísio Teixeira.

Uma experiência tão avançada, nascida em Salvador e que ainda é estudada e citada como referência mundial não pode ser desconsiderada, ainda mais, num momento tão grave como estas crises que se se sobrepõe em nosso país. Precisamos pensar nas nossas crianças e adolescentes no retorno às aulas presenciais a partir deste “novo normal” marcado por tantos dramas envolvendo suas famílias e sua condição de vida.

Qual seria um modelo inspirado no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, mas atualizado às condições deste início de século XXI?

Apresentamos, a seguir, nossa proposta.

1. Construir as Comunidades Educadoras em Salvador

O **Programa Comunidades Educadoras** foi premiado pela UNESCO em 2016/2017 como uma das 16 experiências exitosas em educação em todo mundo.



Baseia-se na preparação e formação de educadores que visitam semanalmente as famílias dos estudantes das escolas municipais, para compreender suas condições de vida, tempo de convívio familiar, acesso a bens culturais e sociais do seu bairro, acolhida comunitária e acompanhamento dos responsáveis em relação aos estudos e progressão na carreira estudantil.

As visitas semanais dos articuladores comunitários – o nome dos educadores que visitam as famílias dos alunos - envolverão famílias de estudantes que apresentarem duas dentre essas situações:

1. Queda brusca de desempenho escolar nos últimos quatro meses
2. Evasão ou taxa de infrequência superior a 60%
3. Sinais de violência (física, psicológica/emocional, sexual, *bullying*)
4. Sinais negligência ou abandono
5. Residência em área de risco

As informações técnicas coletadas são registradas em formulário *online*, gerando um banco de dados a partir do qual são produzidos relatórios analíticos para a Secretaria Municipal de Educação.

Estes dados e análises passam a orientar ações integradas envolvendo três redes fundamentais: secretarias da área social, conselhos (de direito e tutelar), associações de bairro e escolas que analisam os dados e definem encaminhamentos de apoio às famílias.

As 3 redes são:

Rede educacional: envolve todas escolas municipais num programa de formação permanente, continuada, em rede, envolvendo professores, pedagogos e diretores das escolas para aprofundar a análise de dados e relacionar os problemas de desempenho e comportamento com os dados levantados junto às famílias, articulando-os com os dados pedagógicos que as escolas já possuem. Um aluno que passa fome ou sofre algum tipo de violência precisa de apoio, assim como sua família. Alunos apáticos têm relação com casos de depressão em sua família e nem sempre a escola tem esta informação. Com os articuladores comunitários, a escola vai até a casa dos alunos, periodicamente, e traz esta realidade para os educadores da rede municipal de ensino.

Rede de Secretarias da Área Social: as Secretarias de Promoção Social e Combate à Pobreza; Trabalho, Esporte e Lazer; Saúde; Cultura e Turismo; e Ordem Pública, passam a receber os boletins com as informações dos dados coletados pelos articuladores comunitários e definem encaminhamentos integrados para atendimento das famílias e alunos. No Japão, algo parecido ocorre em relação aos guardas municipais que visitam diariamente as famílias de cada território onde há um escritório policial denominado KOBAN. Periodicamente, as diversas secretarias de governo se reúnem no Koban para receber as informações coletadas e adequar seus programas à realidade e dinâmica das diversas comunidades naquele território

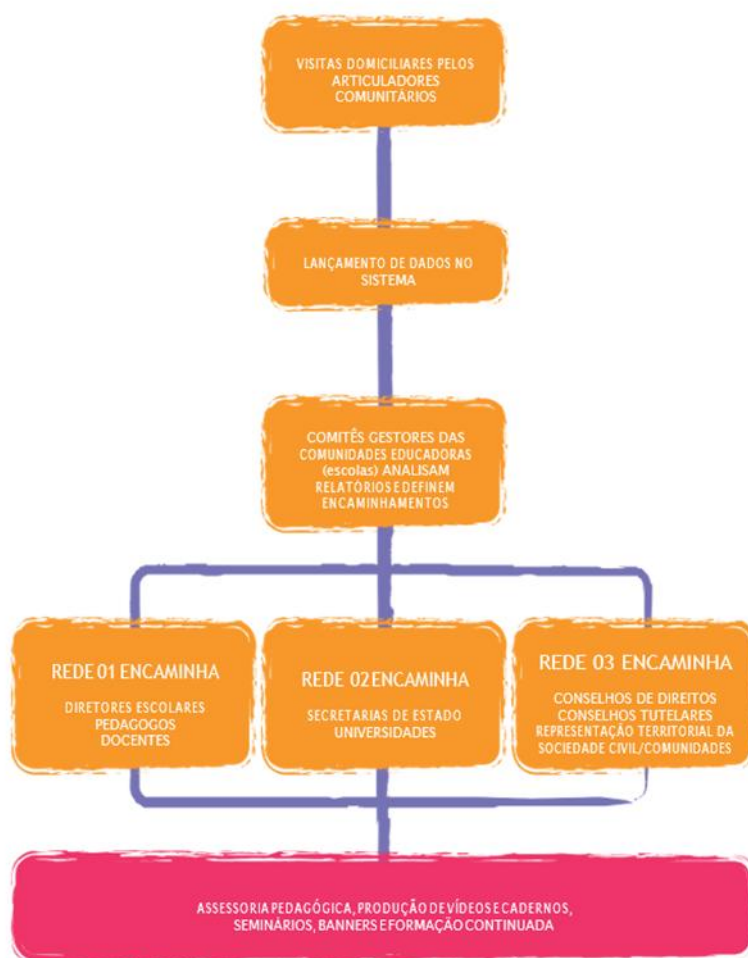
Rede Territorial: constituída por conselhos de direitos (saúde, assistência social, educação, direitos da criança e adolescente, entre outros), conselhos tutelares e associações de bairro, a intenção é articular esses serviços e organizações enraizadas em cada bairro para promoverem ações de proteção social de maneira integrada. Reuniões periódicas socializam os dados coletados pelos articuladores comunitários e definem encaminhamentos de solidariedade e apoio às famílias.

Nas regiões onde as escolas estão situadas, forma-se um Comitê Gestor da Comunidade Educadora composto por representação social do bairro, conselho tutelar, diretor escolar, pedagogos e Articulador Comunitário, representante do CRAS, representante do UBS, guarda escolar e representantes das secretarias de governo, juventude, esporte e educação.

O foco de todo trabalho passa a ser o apoio às famílias dos alunos, mas, principalmente, às mães ou responsáveis. Segundo o IBGE, o principal fator de desempenho e comportamento escolar é o perfil das mães. Alunos cujas mães têm quatro anos de estudo regular têm três vezes melhor desempenho escolar, em qualquer região do Brasil, que alunos cujas mães nunca estudaram. Apoiar as mães significa potencializar a trajetória de nossas crianças e adolescentes.

Lembremos que temos, em Salvador, 1 milhão de mães chefas de família que não possuem ensino fundamental completo e recebem um salário mínimo ou menos. Aqui está o caminho para diminuirmos o abandono da escola, principalmente nas séries finais do ensino fundamental, um dos mais graves problemas educacionais de Salvador.

SÍNTESE DO FLUXOGRAMA DAS COMUNIDADES EDUCADORAS



Onde este método foi implantando houve queda, em dois anos, em mais de 80% das ocorrências de violência e abandono escolar e melhora em 60% do desempenho escolar dos alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem.

a) Cartão do Estudante: do Pré-natal ao Primeiro Emprego

O Cartão do Estudante: do Pré-natal ao Primeiro Emprego se integra como o segundo eixo estruturante das Comunidades Educadoras de Salvador. A proposta consiste em acompanhar todo desenvolvimento das crianças e adolescentes de Salvador a partir da integração de informações das áreas de

saúde, assistência social e educação (posteriormente, sendo ampliadas para as áreas de segurança, cultura, esporte e lazer) referentes à trajetória de suas vidas.

O acompanhamento terá início com a formatação de um banco de dados envolvendo todos estudantes da rede municipal de ensino de Salvador atendidas pelos programas de saúde e assistência social do município a partir de indicadores a serem definidos pelo governo municipal e pelas secretarias.

A partir da atualização dos dados realizados permanentemente pelos articuladores comunitários, serão gerados cartões-estudante para cada aluno atendido pela rede de ensino.

Do cartão-estudante constarão todos dados relacionados à saúde, assistência social e educação e dados atualizados pelas visitas dos articuladores comunitários às suas famílias, sendo articulados, gradativamente, por cruzamentos de dados formando o **Índice Salvador de Desenvolvimento Infantojuvenil (ISDI)**, acompanhando anualmente o desenvolvimento integral das crianças assistidas pelo programa.

Numa primeira etapa, estudantes serão incluídas no sistema cartão-estudante, privilegiando aquelas destacadas para visitas dos articuladores comunitários, ou seja, que apresentarem queda brusca no desempenho escolar; sinais de violência; evasão e infrequência alta; sinais de abandono social e; residentes em área de alto risco social e vulnerabilidade.

Numa etapa seguinte, demais estudantes da rede de ensino serão incluídos, com ampliação das visitas realizadas pelos articuladores comunitários.

Numa etapa final, serão incluídas informações a respeito dos diagnósticos de pré-natal realizados nos municípios e dados relativos aos adolescentes que estiverem inseridos no mercado de trabalho como aprendizes. Nesta etapa, estará concluído o banco de dados do Programa Do Pré-Natal ao Primeiro Emprego.

A partir de então, serão implantados Comitês Integrados de Proteção e Promoção das Crianças e Adolescentes de Salvador, por território ou divisão administrativa do município para integração das ações desenvolvidas pelas áreas sociais, articulação com entidades de representação territorial e acompanhamento e apoio às famílias que forem definidas como prioridade de cada regional.

A cada mês, os Comitês Gestores e as três redes que compõem o Eixo Articuladores Comunitários e Rede de Proteção Social, receberão dados dos estudantes que apresentarem os índices ISDI mais críticos ou que apresentarem quedas para definição de encaminhamentos ou ações de proteção e promoção social.

b) OP Criança: Orçamento Participativo Criança

Este eixo das Comunidades Educadoras diz respeito ao fortalecimento da participação social de crianças e adolescentes das escolas, na discussão da

cidade e de seus desafios, promovendo o protagonismo infantojuvenil e o desenvolvimento da educação para a cidadania.

O OP Criança tem como diretriz básica o estudo coletivo da realidade local (entorno escolar, bairros e município) articulando com o currículo desenvolvido na escola.

Não se trata, portanto, de um programa curricular estrito ou complementar, mas um programa catalisador dos conteúdos apreendidos em sala de aula, com aplicação prática na vida do município. Para tanto, os alunos, uma vez por semana, estudam métodos de pesquisa, sistematizam dados coletados e aprofundam conhecimentos para definir soluções a partir de seu nível de conhecimento e desenvolvimento. Trata-se, portanto, de projeto pedagógico com ênfase na socialização, na promoção do protagonismo infantojuvenil, apoiado no acompanhamento e peculiaridades da infância e da adolescência, com o objetivo de construir espaços de promoção de práticas coletivas.

Aplicar os conteúdos à experiência vivida e ao cotidiano do município vai além do atendimento de demandas, mas de ensinar a produzi-las, a pensá-las, a confrontá-las com a realidade e as condições reais de realização. Trata-se de ensinar a respeitar a opinião alheia, a olhar a cidade como espaço múltiplo e não conhecido, de pensar a partir da coletividade.

O projeto de instalação do OP Criança se desenvolve em três etapas, a saber:

Sensibilização e estruturação do comitê gestor:

A sensibilização procura desenvolver com os alunos da rede de ensino, de maneira lúdica, a compreensão de algumas regras de discussão e formulação de propostas, tais como: respeito e tolerância à fala dos outros, trabalho coletivo, papel do representante de um grupo, condução de reuniões e assembleias, pesquisa em equipe.

Simultaneamente, é estabelecido o desenho do cronograma de execução e as articulações do programa com o projeto pedagógico já desenvolvido no município, elegendo-se um tema geral a ser trabalhado em toda rede municipal durante um ano. Os temas de pesquisa dizem respeito aos déficits socioambientais (lixo urbano, saúde nos bairros, segurança, entre outros).

Neste momento inicial, as salas de aula estudam orçamentos familiares e municipais em jogos elaborados para este fim.

Pesquisa na Escola:

É o momento inicial de trabalho coletivo por escola municipal. Por sala de aula, os professores auxiliarão os alunos a pesquisarem os problemas físicos e/ou pedagógicos da escola, a partir de temas ou indicadores escolhidos previamente entre o corpo docente. Os alunos investigam um perímetro do bairro em que a escola está localizada, acompanhados pelos seus professores, registrando os dados em formulários previamente preenchidos (dependendo da idade dos alunos, os registros são fotográficos ou a partir de desenhos). Os dados

coletados serão discutidos em sala de aula, apoiados pelos professores. Em seguida, serão votados os cinco principais problemas observados e estudadas soluções para superação dos problemas identificados. Neste momento, várias disciplinas contribuirão a partir do plano de aula em curso, a aprofundar em sala de aula esta produção. Finalmente, serão votadas as melhores propostas e serão eleitos os “delegados de turma” (uma menina e um menino).

O último estágio desta etapa será a realização de uma Assembleia da Escola, com a presença de todos alunos. Os delegados de cada turma apresentam as propostas e a assembleia vota as cinco principais propostas e soluções. O coletivo de delegados forma o Conselho de Estudantes que, a partir daí, discutirão com a direção e coordenação pedagógica da escola a viabilidade de implementação das propostas. Como se trata de um projeto pedagógico de formação moral, nem sempre os diretores acatarão as propostas. A própria discussão das propostas com os diretores é um momento pedagógico, preparado, em que os alunos perceberão as dificuldades reais de implantação de projetos. Enfim, os diretores terão uma função pedagógica importante neste momento. Os delegados, por sua vez, terão algumas horas durante a semana para relatar para suas turmas o que vêm ocorrendo, o que foi discutido com a direção, o que pode ser realizado e como está sendo realizado. O mandato deste Conselho de Estudantes é de um ano, até que sejam escolhidos novos delegados de turmas. Este é o momento preparatório do estágio seguinte.

Pesquisa do déficit socioambiental do município

Este é o momento mais complexo do projeto. Os alunos estudarão os déficits socioambientais do entorno de sua escola. Cinco temas socioambientais serão definidos pelo Comitê Gestor para serem pesquisados em todas escolas. Os professores discutirão como fazer pesquisa e quais instrumentos são mais adequados (observação e registro, entrevistas com moradores e levantamento de dado). Serão produzidos formulários a serem preenchidos e definido, por escola, o perímetro a ser estudado, resguardando segurança e acessibilidade.

Os dados colhidos são registrados num mapa do entorno, georreferenciando com cores específicas os problemas observados. Este mapa auxiliará na visualização da concentração de problemas.

No momento seguinte (sempre com a intervenção dos professores de várias áreas) os mapas serão debatidos, por sala, e apresentadas sugestões, que serão votadas. A partir daí o mesmo procedimento que a etapa seguinte: assembleia escolar, votação de propostas.

No mês seguinte, todas escolas por região realizarão um seminário onde cada escola apresenta seu mapa e sugestões. O seminário construirá um mapa regional dos problemas socioambientais e votarão os cinco principais problemas e as melhores soluções. Caso as faixas etárias sejam muito amplas, ocorrerão ao menos dois momentos distintos, um mais lúdico (para os menores) e outro mais analítico (para os mais velhos).

Finalmente, será organizado o congresso infantojuvenil do município, onde o mapa da cidade será construído no chão de um ginásio de esporte, onde cada

Fonte	Manutenção (atividades)	Ampliação (projetos)
-------	-------------------------	----------------------

regional apresentará seu mapa, suas prioridades e soluções. Os alunos serão divididos, em seguida, em grupos temáticos (cinco temas estudados) e deliberarão sobre os principais problemas, regiões mais necessitadas e soluções. A plenária final elege o conselho municipal de crianças e adolescentes da rede municipal de ensino.

O conselho municipal terá mandato de um ano e terá a mesma função que o conselho escolar: discutir, de tempos em tempos, o encaminhamento das suas propostas, perceber as dificuldades de execução e comunicar todo processo às suas turmas, nas escolas.

A decisão de incorporar ou não ao orçamento municipal é de exclusiva responsabilidade do prefeito e câmara municipal, não se constituindo em nenhuma obrigatoriedade.

2. Ousar no orçamento da Educação de Salvador

Existe um grande deficit de qualidade na educação pública de Salvador, resultado de uma política extremamente conservadora do ponto de vista orçamentário.

Na tabela apresentada a seguir temos o quadro exato dos recursos aplicados pelo Município em Educação:

Tesouro	R\$ 60.094.000,00	R\$ -
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação	R\$ 690.993.000,00	R\$ 37.429.000,00
Operações de Crédito Externas	R\$ 11.966.000,00	R\$ -
Alienações de Bens	R\$ -	R\$ 20.000.000,00
Contribuição ao Programa Ensino Fundamental - Salário Educação	R\$ 23.344.000,00	R\$ -
Transferência FUNDEB (Remuneração dos Profiss. Educação)	R\$ 367.881.000,00	R\$ -
Transferência FUNDEB (Outras Despesas da Educação Básica)	R\$ 91.970.000,00	R\$ -
Recursos de Complementação da União - Transferências FUNDEB 60%	R\$ 166.000.000,00	R\$ -
Recursos de Complementação da União - Transferências FUNDEB 40%	R\$ 10.000.000,00	R\$ -
Transferências de Convênio - Educação	R\$ -	R\$ 10.993.000,00
Transferências de Recursos do FNDE Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE	R\$ 20.490.000,00	R\$ -
	R\$ 1.442.738.000,00	R\$ 68.422.000,00

O Município aplica em projetos de ampliação apenas 4,53%, de todo orçamento da pasta, contra 95,47% de custeio da mesma.

Esse baixo investimento na estruturação e ampliação da rede própria levou ao seguinte quadro:

Construção e Reconstrução de Centros de Educação Infantil	R\$	2.342.000,00
Construção e Reconstrução de Novas Unidades de Ensino	R\$	1.000.000,00
Reforme e adequação dos Centros Municipais de Educação Infantil	R\$	350.000,00
Reforma e adequação de Unidades de Ensino Fundamental	R\$	110.000,00

Em contrapartida, só com subvenções para entidades do terceiro setor (fomento às escolas confessionais, comunitárias e filantrópicas) o município despendeu **R\$ 30.190.000,00**.

O Município aplica 694% a mais em recursos para o terceiro do setor do que na reforma e ampliação da própria rede.

Esse descuido para com o patrimônio público – e que se amplia em relação ao tratamento que se dá ao servidor público - é demonstrado pela execução orçamentária de 2019. Segundo dados da própria Prefeitura o Orçamento Inicial para Formação de Recursos Humanos era na ordem de

R\$1.030.000,00, porém somente R\$6.000,00 foram aplicados em todo o ano.

Infelizmente na Salvador real, não faltam recursos para entidades privadas, porém a própria rede está condenada a falir por falta de ampliação e principalmente formação de seus quadros.

Um outro fator é que a educação municipal está focada na porta de entrada da criança, esquecendo de toda sua carreira estudantil posterior e de seu ingresso no mercado de trabalho. Tal fator é comprovado que para o exercício de 2020, o orçamento da Secretaria de Educação previu somente R\$50.000,00 para a Capacitação e Profissionalização de Jovens e Adolescentes.

Além disso existe uma grande falta de compromisso em superar o analfabetismo funcional e a evasão escolar. Em 2019 o orçamento previsto para Educação de Jovens e Adultos era de R\$10.193.000,00, porém durante todo o ano foi aplicado somente R\$1.773.832,71, ou seja, apenas 17,40% do previsto inicialmente

Para revolucionar a educação em Salvador, precisamos de uma gestão orçamentária ousada, mas ao mesmo tempo responsável, buscando evitar a excessiva terceirização que acaba por encarecer a prestação do mesmo.

Historicamente é comprovado que no setor privado a rotatividade de profissionais leva a um baixo desempenho nas funções administrativa e de baixa complexidade, fora que a carga tributária sobre um profissional celetista é maior do que um servidor estatutário.

O nosso programa de Governo defende o aumento da aplicação de recursos próprios para a ampliação na rede municipal com o fortalecimento do serviço com a construção de espaços adequados e profissionais capacitados, refletindo por consequência em um melhor serviço.

Uma das nossas propostas para a gestão do orçamento da educação é o aumento na transparência, controle de gastos e principalmente controle social. Por meio da implementação da gestão em redes é possível a própria comunidade escolar auxiliar no melhor planejamento das licitações que irão ocorrer, melhorando qualidade e diminuindo preços, a partir do momento que passa ocorrer uma maior racionalização na aplicação dos recursos públicos.

Nossa proposta para a Educação do ponto de vista orçamentária baseia nos seguintes pontos:

- a) Aumento do controle social por meio do fortalecimento do papel da comunidade escolar quanto ao planejamento, aplicação e prestação de contas da Secretaria.
- b) Estabelecer como prioridade a mudança gradual, responsável, porém decisiva de uma matriz de atendimento baseada na concessão de subvenções a entidades do terceiro, para a estruturação da rede própria.
- c) Ampliação do investimento de recursos próprios para ampliação da rede

pública de ensino.

- d) Preservação e real aplicação do orçamento para erradicação do analfabetismo por meio da educação de jovens e adultos.
- e) Implantação de uma escola técnica municipal para a promoção da formação profissional voltada para a inserção do jovem no mercado e reinserção dos desempregados.
- f) Preservação e ampliação do orçamento para formação e qualificação de recursos humanos.

JUVENTUDE

Que bloco é esse? Eu quero saber.
É o mundo negro que viemo mostrar pra você
Que bloco é esse? Eu quero saber.
É o mundo negro que viemo mostrar pra você

Ilê Aiyê

Um mecanismo de participação ativa e democrática da juventude soteropolitana que permitia que os jovens possam decidir sobre a agenda política da cidade e os orçamentos públicos para o desenvolvimento territorial, através de processos de participação da comunidade, bairros e favelas. Este é o centro do nosso programa.

Na Europa, há experiências de conselhos da juventude que definem estratégias gerais para políticas públicas que lhes garantam direitos e, em alguns casos, são consultados para elaboração de matérias legislativas. Nessas experiências, os jovens elaboram políticas e ações públicas em:

Inovação, transformação digital e território

Participação e Associativismo

Educação, ciência, cultura e inclusão

Emancipação jovem: trabalho digno e habitação

A proposta de governo para que esta experiência se dissemine por Salvador é a implantação do orçamento participativo da juventude soteropolitana.

A intenção é gerar participação na definição dos rumos da gestão e promover a transparência do recurso público e a prestação de contas do governo.

O OP Juventude ocorrerá por meio de assembleias abertas e periódicas, definidas em etapas de negociação direta com o governo.

O FUNCIONAMENTO DO OP JUVENTUDE

Inicialmente, ocorrerão assembleias territoriais e setoriais envolvendo jovens entre 16 anos e 29 anos de idade. Nessas assembleias será relatado por um representante do governo municipal o que foi realizado durante o ano, o plano de investimentos para o próximo período e as regras do processo do orçamento participativo.

Em seguida, delegados locais e setoriais (temáticos e por questões específicas) do orçamento participativo serão eleitos.

Num segundo momento, acontecerão reuniões locais e setoriais. Serão reuniões

entre os delegados eleitos e as comunidades. Nessas reuniões, os participantes decidem os projetos prioritários que serão executados.

Após as reuniões, o orçamento proposto pela juventude de Salvador comporá a proposta do governo municipal que será encaminhado à Câmara Municipal.

No evento de entrega dos projetos prioritários da juventude ao prefeito, os membros do Comitê do Orçamento Juventude serão oficialmente instalados.

O município e o Comitê do Orçamento Participativo fazem o desenho da matriz orçamentária. Será feita a entrega na Câmara Municipal pelo prefeito. O Plano de Investimento é criado, compartilhado com a população e, em seguida, publicado para ser usado no monitoramento e no cumprimento do que foi acordado. Para aperfeiçoamento do processo, ao final de cada mandato do Comitê Participativo, será feita uma avaliação e ajustes do programa.



PRIMEIRO EMPREGO, COLÉ MANO?

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no Estado da Bahia cerca de 82% dos jovens economicamente ativos estão ocupados. No entanto, esse dado diz respeito à ocupação de qualquer atividade que gere algum tipo de renda. Dados sobre a proporção de jovens assalariados sem carteira de trabalho no Estado da Bahia indicam que 56,9% trabalham informalmente, sem garantias legais. A percentagem é alta, mesmo com as melhoras dos últimos anos.

Dados do Censo do IBGE indicam ainda que os jovens de Salvador são responsáveis por cerca de 15% dos domicílios particulares, ou seja, quase 130 mil jovens são chefes de família e responsáveis pelas despesas domésticas.

A Bahia foi o segundo estado com o maior número de pessoas beneficiadas com o auxílio emergencial do Governo Federal, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o órgão, 61,2% dos baianos contaram com a ajuda do governo federal, revelando a precariedade do mercado de trabalho do Estado. O IBGE indica que 9,1 milhões de baianos foram de alguma forma atendidos pelo auxílio. O montante recebido pela população equivale a 10,3% da verba nacional.

O PRIMEIRO EMPREGO, COLÉ MANO? Será um projeto social de combate ao desemprego dos jovens, para incluir egressos, estudantes e trabalhadores informais, além de estimular o médio e pequeno empresário local (bairros). Vai promover e potencializar talentos locais com oportunidades de trabalho e emprego, promover a transformação social, qualidade de vida e geração de renda.

O PRIMEIRO EMPREGO, COLÉ MANO? Vai investir na capacitação e qualificação dos jovens nas áreas de interesse por territórios da cidade com cursos profissionalizantes e parcerias com o SENAI, SESC e com instituições locais com tecnologia na área de maneira descentralizada, nos bairros.

Este programa será um dos componentes do Macroprograma “Do Pré-Natal ao Primeiro Emprego”, integrando as secretarias da área social e Agência de Desenvolvimento Social de Salvador para alcançarmos este objetivo.

A PRAÇA É NOSSA E INCLUSÃO DIGITAL

A Taxa de Mortalidade por causas externas, calculada pelo número de óbitos por 100 mil habitantes, chega a alarmantes 256,1 para os jovens na faixa etária de 20 a 24 anos. A TME por acidentes de trânsito é de 5,5, podendo ser considerada baixa em relação a taxa de mortalidade por violência. Em Salvador, 1 a cada 3 jovens morram nas periferias ou favelas, muitas vezes, sem equipamentos para lazer, esporte ou cultura. Analisando especificamente os dados de homicídios, constatamos que os jovens representam 76% das vítimas. O mapa da violência nos mostra que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil de forma violenta.

O programa A PRAÇA É NOSSA E INCLUSÃO DIGITAL, vai valorizar o jovem soteropolitano com criações de praças esportivas e culturais com equipamentos de ginástica, palco e som para shows, quiosques de informática e WiFi gratuito. Vai desenvolver estratégias para o combate a violência à juventude e o genocídio nas favelas e nas periferias. Fortalecer as perspectivas da educação tecnológica e desenvolver mais tecnologias da informação e comunicação. Os espaços comunitários, escolas e centros culturais de uso público da internet serão também ferramentas importantes para a democratização do acesso e da produção de conteúdo.

FALA GAROTO E FALA GAROTA!

Projeto para promover a autoestima de jovens periféricos sobre suas produções

nas redes sociais com apoio e estrutura da prefeitura. Projeto consiste em criar pequenas agências de comunicação para capacitar e qualificar esses jovens. Fomentando a participação social, a leitura crítica das informações que circulam nos grandes meios de comunicação e nas redes sociais. Também criando peças publicitárias para a prefeitura e suas secretarias sobre projetos e programas do município. Criar e desenvolver a oportunidade de aprendizado sobre diferentes ferramentas, linguagens e equipamentos para construção de vídeos, imagens, textos criativos, fotografias, podcasts e programas de rádio web que viabilizem a expressão do ponto de vista da juventude periférica.

COMPROMISSOS DO PREFEITO COM A JUVENTUDE SOTEROPOLITANA

1. Fortalecer e ampliar o espaço institucional da juventude;
2. Garantir um orçamento específico que favoreça a articulação política e gestão de projetos e programas para promoção da juventude;
3. Garantir a continuidade de projetos e programas que obtiveram êxito na gestão anterior;
4. Fortalecer o Conselho da Juventude;
5. Realizar conferências municipais de 2 em dois anos;
6. Democratizar as decisões de gastos públicos;
7. Elaborar e aprovar um Plano Municipal da Juventude;
8. Criar banco de dados e pesquisa periódica junto aos jovens de 15 a 29 anos de idade de Salvador que permitam diagnosticar, planejar, monitorar e avaliar ações voltadas para a juventude.

SAÚDE

Diretrizes Norteadoras para a Saúde

As dez diretrizes a seguir estão agrupadas em dois eixos, um deles está voltado à transformação de Salvador em um município saudável, que promove a saúde e cria condições dignas de qualidade de vida aos cidadãos e cidadãs. O segundo eixo diz respeito à atenção e assistência à saúde do povo que será organizada em redes de atenção integral a partir dos bairros integrados nos distritos sanitários.

- a. Nossa intenção é transformar Salvador em um município saudável com a promoção de qualidade de vida e saúde nas comunidades dos bairros, incidindo sobre os fatores da determinação social, cultural e econômica da saúde.
- b. A nossa gestão irá promover uma atuação integrada e articulada da Prefeitura voltada à melhora da qualidade de vida do seu povo, implementando o conjunto das políticas sociais, culturais e econômicas.
- c. Melhorar as condições sanitárias nos bairros. Para isso vamos atuar para ampliar a oferta de água potável e do saneamento básico, da destinação adequada do lixo.
- d. Nossa prioridade é melhorar a saúde ambiental com respeito à natureza, promovendo a preservação do meio ambiente e reduzindo riscos ambientais para disseminação de doenças.
- e. Nosso governo irá garantir a segurança alimentar acessível a toda a população dos bairros mais pobres.
- f. Vamos implementar uma política de habitação com e moradia digna para todos e todas. É assim que a qualidade de vida irá contribuir com uma saúde melhor, construindo a Salvador Saudável.
- g. Garantir que toda a população de Salvador disponha de atenção à saúde nos serviços públicos, com qualidade e cobrindo todas as suas necessidades e demandas. Nosso compromisso é consolidar o direito de todos à saúde fortalecendo o Sistema Único de Saúde, o SUS tal como definido na Constituição Federal.

- h. Reafirmamos nosso compromisso com o direito universal à saúde a partir de uma revolução na rede de assistência à saúde do SUS de Salvador: a Atenção Básica passa a exercer uma efetiva coordenação do cuidado integral à saúde das pessoas e das famílias, para que cada cidadão saiba a quem recorrer nas suas necessidades e cada profissional da equipe de saúde da família possa exercer a sua atribuição.
- i. Vamos implementar as Redes de Atenção Integral à Saúde que serão ordenadas pela Atenção Básica a partir dos territórios, sabendo o que cada pessoa precisa assumindo o papel de coordenador do cuidado da saúde de cada pessoa, de cada família. Essa rede de serviços bem articulados e integrados permite prontidão no acesso a todos os serviços especializados, hospitalares e de emergência, garantindo assistência integral e de qualidade.
- j. Trabalhar em regime de gestão participativa compartilhando a tomada de decisão e promovendo a participação popular conferindo poder aos conselhos municipais, distritais e locais. Vamos obedecer às deliberações das Conferências de Saúde pois é o debate e a vontade popular que nos apontará o caminho por onde andar.

Pressupostos que Fundamentam o Plano

- O compromisso de fazer valer o direito à saúde para todos; isso está na Constituição e chegou a hora da Prefeitura de Salvador cumprir a sua parte.
- Entendimento que a qualidade de vida produz saúde. Por isso a importância da convergência de direcionar a esse fim o conjunto de nossas políticas: trabalho, educação, meio ambiente, cultura, habitação, assistência social e segurança.
- A importância de tratar com respeito nossos recursos humanos, para interromper o ciclo de insatisfações e injustiças que persistem entre os profissionais da saúde, de todos os níveis, geradas pela multiplicidade de mecanismos de contratos e vínculos de trabalhadores. Entendemos que valorizar o trabalhador é favorecer a qualidade da atenção e do trabalho que realizam.
- Aumentar o financiamento municipal da saúde e lutar para que o governo federal amplie os recursos financeiros para a saúde, obedecendo à Constituição Federal que definiu a saúde como direito de todos e dever do Estado.

- Reconhecimento ao SUS que afirmou sua força em todo Brasil no enfrentamento da pandemia da COVID19. Agora é hora de avançar e implantar em Salvador um SUS acessível para todos, com qualidade, definitivamente municipalizado para atender com dignidade todos os nossos cidadãos e cidadãs, sem distinção: **crianças, adolescentes, mulheres, homens, idosas e idosos** independente da cor, renda, religião ou orientação sexual.
- Imprescindível descentralizar a gestão dos serviços de atenção à saúde com mais poder aos Distritos Sanitários de modo a garantir a gestão sanitária mais próxima do espaço onde moram os cidadãos e cidadãs. Os gestores dos Distritos precisam ser apoiados para aprimorar o conjunto de serviços de atenção à saúde sob sua responsabilidade. Importante melhorar as ferramentas de gestão com avaliação contínua e monitoramento de indicadores de saúde, medidas de satisfação dos usuários dos serviços em cada território, cada bairro.
- Fortalecer a Atenção Básica (AB) com a estratégia do Programa Saúde da Família (PSF). Vamos eliminar as ameaças que vem recaindo sobre a gestão direta ou pública da atenção primária a saúde. Nós apostamos na gestão pública da saúde e entendemos que é um dos princípios do SUS que não podem ser desobedecidos.

O aprimoramento e fortalecimento do papel dos Agentes Comunitários de Saúde, considerando-os como essenciais na equipe de saúde da família como atores da revolução para o modelo da vigilância à saúde já que estão em permanente contato com as comunidades, seus domicílios e territórios. São eles os mensageiros dos riscos e das vulnerabilidades que encontra na comunidade e trazem à equipe que irá intervir

- Prioridade para a saúde em todos os níveis, entendendo a importância das Redes Integrais de Saúde que incluem serviços de Atenção Básica, policlínicas de especialidades, centros de apoio diagnóstico e terapêutico, centro de atenção psicossocial, unidades de pronto atendimento, pronto socorro, hospitais geral e especializado, ou seja, da atenção primária à terciária, de alta complexidade.
- A importância de garantir e ampliar o acesso aos cuidados em saúde de adolescentes em conflito com a lei, em cumprimento da Política Nacional de Atenção Integral à

Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) pela Portaria GM nº 1.082, de 2014.

- Incluir em nossos compromissos todos os cidadãos e cidadãs com doenças raras e negligenciadas melhorando os serviços para controle ou tratamento.
- Concordância quanto a urgente necessidade de mudança das condições de tratamento das pessoas com anemia falciforme para que sejam adequadamente tratadas e não sofram as consequências desumanas das atuais dificuldades de atendimento.
- Respeito ao sofrimento de quem tem câncer e tem urgência em ser tratado. Para isso o SUS tem que criar alternativas de serviços para tratamento de câncer de forma mais rápida e em locais acessíveis às pessoas.
- Respeito ao princípio do SUS da participação da comunidade na definição de políticas e no monitoramento da gestão. Como a saúde é um bem social então é da conta e responsabilidade de todos e todas. Os mecanismos existentes de conferência e conselhos são importantes e devem ser fortalecidos.

Metas e Estratégias

Por uma Salvador Saudável

Meta 1. Transformar Salvador em um município saudável, mediante políticas articuladas e integradas para a produção de ações que visem melhorar a qualidade de vida de todos impactando indicadores de mortalidade infantil, taxa de suicídios, incidência de depressão

Estratégias

- Como faremos? Vamos produzir mais saúde colocando todo o governo a serviço da qualidade de vida do povo que vive nos bairros de Salvador, reduzindo desigualdades que fazem tanto mal à saúde.
- Nossa atuação se dará por meio do trabalho articulado de todas as secretarias do governo.
- Criação de mecanismos que melhorem a qualidade de vida de adolescentes, idosos, e toda a população fomentando a convivência social, o lazer e a cultura.

- Criação de mecanismos que reduzam a exclusão social: profissionalização, geração de empregos e garantia de renda mínima. Políticas de melhoria da moradia.
- As equipes que atuam na Atenção Básica não trabalharão fechadas e isoladas nos territórios, mas estará integrada e articulada com as demais áreas de governo para intensificar e fortalecer a presença da proteção e do cuidado das comunidades, incidindo sobre as condições que criam a vulnerabilidade e o risco à saúde.

Saúde com acesso fácil e com qualidade é direito de todos!

Meta 2. Garantir que 100% da população tenha assegurado o direito à saúde de qualidade, atendendo todas as suas necessidades e demandas, reduzindo as desigualdades e iniquidades em saúde efetivamente até o final do terceiro ano de gestão

Estratégias:

- a. Aumentar o financiamento por meio do aumento da participação do município destinado ao SUS para 25% do orçamento municipal até o final do terceiro ano de governo.
- b. Fortalecer os Distritos Sanitários com poder e capacidade técnica para o gerenciamento amplo das suas atribuições descentralizadas, envolvendo pessoal suficiente e qualificado, infraestrutura com equipamentos e material incluindo meio de transporte e ambulâncias.
- c. Implantar os três turnos (manhã, tarde e noite) de funcionamento da Atenção Básica com Programa de Saúde da Família (AB/PSF) de modo a garantir a cobertura de atendimento em todos os bairros de todos os Distritos Sanitários.
- d. Potencializar e fortalecer a AB/PSF, mediante o aprimoramento da gestão do cuidado usando mecanismos como protocolos e das normas de atenção e do ciclo permanente de educação e treinamento continuado.
- e. Transferir para os Distritos Sanitários a gestão da Regulação da Saúde que permite o fluxo das pessoas pelos diversos tipos de serviços e especialidades médicas, que, junto às equipes de Saúde da Família e da Atenção Básica, dispõem de condições efetivas de avaliar as necessidades e demandas das pessoas, considerando a proximidade dos espaços onde moram pessoas e a necessária resolutividade da atenção, inclusive das urgências.
- f. Reestruturar e ampliar a capacidade instalada de unidades de saúde existentes com Recursos Humanos, equipamentos e materiais garantindo o seu funcionamento pleno.
- g. Construir e equipar novas unidades de saúde de modo a ampliar o acesso e consolidar a Rede de Atenção Integral à Saúde com alta capacidade resolutiva. A base dessa rede está nas unidades

de atenção básica dispostas nos bairros gerenciadas pelos Distritos Sanitários e são compostas por:

- UBS – Unidades Básicas de Saúde
 - UPAS – Unidades de Pronto Atendimento
 - Unidades de Atenção Odontológica
 - Policlínicas ou unidades de saúde de referência com especialistas (pediatria, ginecologia, cardiologia, endocrinologia, otorrinolaringologia, neurologia, infectologia, etc.).
 - CAPS – Centro de Atenção Psicossocial (psiquiatria, psicologia, enfermagem, fisioterapia)
 - Unidades de Apoio ao Diagnóstico e Tratamento (laboratório de análise, exames de imagens, gráficos e endoscópicos).
- a. Ampliar a capacidade instalada da atenção hospitalar aumentando o número de leitos hospitalares sob gestão do Município, iniciando a municipalização de hospitais estaduais e estabelecendo convênios, regidos pelo interesse público, com a rede suplementar do SUS, particularmente com instituições filantrópicas.
- b. Criar Programa Desenvolvimento de Recursos Humanos para garantir a qualidade e atualização e evolução técnica dos servidores, mediante um processo de educação continuada.
- c. Implantar Plano de Cargos e Salários único, para extinguir os contratos precários do conjunto dos trabalhadores, corrigir as graves distorções salariais e definir o concurso público como única forma de ingresso na Secretaria Municipal de Saúde.

Atenção e Cuidado especial para Grupos e Populações

Alguns grupos da população apresentam vulnerabilidades e riscos em saúde, confirmadas pelos indicadores epidemiológicos. Por esse motivo exigem prioridade e que sejam definidas abordagens específicas.

Cuidar das Crianças

A criança de hoje é o adulto amanhã. Cuidar das crianças é imperativo se queremos pensar no futuro. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) é uma política do

SUS cujo objetivo está em sintonia com o nosso pensamento e compromissos: cuidar e proteger a infância.

A PNAISC define que o cuidado com a criança abrange da gestação aos 9 anos de idade, indicando sete eixos estratégicos para orientar e qualificar as ações e serviços de saúde da criança. As definições desses eixos consideram o perfil epidemiológico (situação de saúde das crianças) e a sua determinação social (fatores que comprometem a saúde das crianças) com vistas à efetivação de medidas que permitam o nascimento e o pleno desenvolvimento na infância, de forma saudável e harmoniosa. Visa ainda a redução das vulnerabilidades e riscos para o adoecimento e outros agravos, a prevenção das doenças crônicas na vida adulta e a morte prematura de crianças.

Os pilares da política, cujas respectivas ações serão compromissos de toda rede de serviços de saúde dos Distritos Sanitários de Salvador, são:

- Atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido.
- Aleitamento materno e alimentação complementar saudável.
- Promoção e acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral.
- Atenção integral a crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas.
- Atenção integral a crianças em situação de violências, prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz.
- Atenção à saúde de crianças com deficiência ou em situações específicas e de vulnerabilidade.
- Vigilância e prevenção do óbito infantil, fetal e materno.

Meta 3. Melhorar a situação de saúde das crianças de Salvador de acordo aos eixos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) orientada pelo SUS.

Estratégias

1. Melhorar a cobertura e a qualidade do pré-natal de mulheres gestantes que ocorre na Atenção Básica;
2. Garantir assistência segura e de qualidade ao parto, às mulheres em puerpério e aos recém-nascidos;
3. Reduzir os óbitos fetais, infantis e materno.
4. Promover estimular e apoiar às mulheres no aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade da criança;

5. Acompanhamento de 100% das crianças de 0-5 anos para monitorar desenvolvimento, estado nutricional e aplicar as doses do esquema vacinal preconizado no país;
6. Combater a violência contra crianças e a violência doméstica.

Cuidar das e dos adolescentes

A adolescência é um período de transição na vida das pessoas que merece a nossa prioridade e atenção. Depressão, adição a drogas e gravidez são questões muito frequentes que demandam iniciativas de saúde. As doenças infecciosas transmitidas sexualmente crescem entre adolescentes e requer especial atenção a AIDS e a sífilis.

Meta 4. Implementar um programa de saúde para adolescentes para reduzir a mortalidade e a morbidade nesse grupo e favorecer o desenvolvimento físico e mental pleno e saudável.

Estratégias

- Desenvolver e implementar ações de promoção da saúde de forma articulada com os setores da educação, esporte, cultura, da justiça e da assistência social, tendo como *locos* as escolas, os equipamentos de assistência social, do esporte e da cultura e os estabelecimentos de recuperação socioeducativas.
- Desenvolver programa de apoio ao planejamento familiar e à saúde sexual e reprodutiva que possam ajudar adolescentes viver de forma saudável a sua sexualidade sem riscos de gravidez e de doenças infecciosas sexualmente transmitidas.

Cuidar das Adultas e dos Adultos

A população adulta não é homogênea em termos de demandas e necessidades de Saúde. Os trabalhadores e as trabalhadoras têm necessidades específicas e riscos associados ao trabalho incluindo os acidentes de trabalho que mata ou invalida milhares de trabalhadores formais e informais.

Contribuir para a promoção da saúde desse grupo da população tem como objetivo se antecipar a danos e prevenir o desenvolvimento das doenças crônicas e suas complicações, que podem determinar interrupções da vida (morte) e do trabalho (invalidez). Para esse grupo etário será

estimulada a realização de exames periódicos, para identificar fatores de riscos e selecionar grupos de morbidades prevalentes.

Os fatores de riscos objeto da atenção para os adultos em geral encontram-se os hábitos do tabagismo e do alcoolismo e as atividades laborais geradoras de riscos. Dentre as patologias mais comuns na população encontram-se as Doenças renocardiovasculares (inclui a Hipertensão Arterial), o Diabetes, Doenças Respiratórias e Obesidade.

Meta 5. Melhorar a situação de saúde de homens e mulheres adultas reduzindo mortalidade por condições e danos passíveis de prevenção

Estratégias

- Ampliar o controle da hipertensão arterial nas unidades de atenção básica
- Ampliar o controle do tabagismo por ações articuladas e campanhas publicitárias e apoio na atenção básica.
- Ampliar o controle do diabetes nas unidades de atenção básica
- Implantar um Programa contra Obesidade envolvendo ações articuladas nas diversas unidades da Rede de Atenção Integral à Saúde
- Articular com secretaria de esportes um programa de estímulo e apoio ao exercício físico

Atenção e Cuidados para as Mulheres

A situação de saúde das mulheres em Salvador apresenta diversos problemas decorrentes da ausência de serviços que atendam devidamente e de forma resolutiva as suas demandas e necessidades. A elevada taxa de mortalidade materna, ou seja, de mulheres que morrem em razão de gravidez, parto ou puerpério é a expressão da fragilidade da ação do Estado e dos precários serviços de atenção à saúde. A atenção pré-natal precisa ter cobertura e qualidade melhor e as mulheres não podem peregrinar de maternidade em maternidade para ter o seu bebê. Desamparar a mulher nessa hora é inadmissível.

O diagnóstico precoce de câncer cérvice uterino pode salvar a vida de milhares de mulheres e não é realizado satisfatoriamente. Tampouco o tratamento é iniciado no tempo oportuno. O câncer de mama ainda é mais grave pois os exames não são realizados rotineiramente.

Meta 6. Consolidar a atenção integral as mulheres de Salvador garantindo:

- Para todas os exames preventivo para câncer de colo de útero e de mamas**
- Tratamento para todas as mulheres com câncer**
- Pré-natal de qualidade para todas as mulheres gestantes**
- Parto bem assistido com garantia de vaga nas maternidades e casas de parto**
- Planejamento familiar a todas as mulheres em idade reprodutiva**
- Ação integrada no combate à violência doméstica e atenção às mulheres violentadas em todas as suas necessidades.**

Estratégias

- Implantar na rede de saúde a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres em todos os seus componentes.
- Ampliar a cobertura do diagnóstico de câncer ginecológico em mulheres.
- Garantir tratamento para as mulheres com câncer logo que o diagnóstico for realizado, criando facilidade de acesso aos serviços descentralizados de tratamento.
- Melhorar o atendimento o pré-natal na Atenção Básica garantindo que 100% das mulheres grávidas tenham o pré-natal adequado.
- Melhorar o atendimento ao parto normal criando casas de parto nos Distritos sanitários para atendimento de um conjunto de bairros.
- Contribuir para combater a violência de forma articulada pelas diversas secretarias mobilizadas. Na saúde, as mulheres contarão com serviços adequados e acessíveis para o cuidado integral à saúde em todas as necessidades.

Atenção e Cuidados com os Homens

Em 2009 o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Atenção Integral de Saúde do Homem/PNAISH, cuja diretriz é promover ações de saúde que contribuam significativamente para a compreensão da realidade singular masculina nos seus diversos contextos socioculturais e político-econômico e promover a melhoria das condições de saúde da população masculina adulta – 20 a 59 anos. É relevante entender os desafios para superá-los. O predomínio dos óbitos do sexo masculino

é devastador, a começar pelas causas externas de mortalidade, em que a violência vítima no geral o dobro de homens em relação às mulheres, e ao triplo quando se considera a faixa de 20 a 39 anos. Sabe-se que óbitos em acidentes de transporte terrestre atinge mais homens, em geral os mais jovens.

Como particularidade, reconhecemos que ainda é tabu os homens buscarem serviços de saúde para realizar exames preventivos do câncer de próstata, cabendo aos serviços ações para desmistificar os procedimentos necessários.

Meta 7. Implantar todos os componentes da política de saúde para homens contribuindo para a redução da mortalidade e mortalidade, particularmente a mortalidade precoce presente em Salvador entre jovens negros.

Estratégias

- Promover o acesso e acolhimento: organizar ações de saúde em que os homens passem a considerar os serviços de saúde também como espaços masculinos e, por sua vez, os serviços reconheçam os homens como sujeitos que necessitam de cuidados.
- Reconhecer os homens como sujeitos de direitos sexuais e reprodutivos, implementando ações estratégicas de educação em saúde e disseminação de cultura machista e patriarcal.
- Envolver os profissionais de saúde e a população em geral sobre os benefícios do envolvimento ativo dos homens em todas as fases da gestação e nas ações de cuidado com seus filhos e suas filhas, destacando como esta participação pode trazer saúde, bem-estar e fortalecimento de vínculos saudáveis entre crianças, homens e suas parceiras e seus parceiros.
- Desenvolver ações para a redução das violências e a cultura de paz para incidir na expressiva e contundente relação entre a população masculina e as violências (em especial a violência urbana) e acidentes, sensibilizando a população em geral e os profissionais de saúde sobre o tema.

Cuidar das idosas e dos idosos

Por representar nosso vínculo com a ancestralidade a saúde dos idosos e das idosas de Salvador têm a nossa prioridade. Os idosos de Salvador estão vivendo mais, mas precisam viver melhor. A atenção às pessoas idosas, acima de 60 anos, implica na oferta de atenção com práticas que

consideram as suas características peculiares quanto à apresentação, instalação e desfecho dos agravos em saúde, traduzidas pela maior vulnerabilidade a eventos adversos.

O cuidado dos idosos tem como foco o cuidado contínuo tanto àqueles que se locomovem bem quanto àqueles com dificuldades e que necessitam de atenção no domicílio. As equipes de saúde da família apoiadas pelos especialistas no núcleo de apoio serão responsáveis pela implementação do programa de cuidados dos idosos.

Meta 8. Implantar o “Programa Viver Mais e Melhor” envolvendo todos os órgãos de governo promovendo dignidade, saúde , segurança e qualidade de vida aos idosos e idosas.

Estratégias

- Implantar o “Programa Viver Mais e Melhor” para acolher e cuidar de todos os idosos. Trata-se de um programa que visa melhorar a qualidade de vida dos idosos e idosas. Esse programa envolve muitas ações específicas, mas também é necessária a participação articulada das secretarias da cultura, do esporte, transporte, etc.

Ampliar o cuidado no domicílio com equipes multiprofissionais coordenadas pela Atenção Básica.

Cuidar dos doentes negligenciados

Por doentes negligenciados compreende o grupo de portadores doenças que persistem e avançam causando sofrimento às pessoas e famílias, sem nunca tornarem prioridade para os governantes. Muitas dessas doenças estão associadas à pobreza como a distribuição inadequada de serviços. Aqui elencamos deste grupo apenas duas doenças de grande importância para a população de Salvador e cujo desamparo dos doentes constitui queixa frequente ao poder público. Trata-se da doença falciforme e dos cânceres de uma forma geral.

Pessoas com Doença Falciforme

A maioria das pessoas que têm a doença falciforme no Brasil são afrodescendentes, o que, para muitos, pode ter relação com um processo de seleção natural da evolução humana no continente africano. Sendo a população de Salvador majoritariamente negra, a doença falciforme é hoje um problema de saúde pública e a alta miscigenação exige atenção voltada a toda a população.

Antigamente, a doença falciforme era descoberta apenas quando apresentava sintomas e, infelizmente, a primeira manifestação muitas vezes era bem grave, entretanto hoje é possível diagnosticá-la precocemente e iniciar logo as diversas modalidades de tratamento e acompanhamento, o que alivia o sofrimento das pessoas e de suas famílias.

Meta 9. Oferecer tratamento digno, adequado e oportuno a todas as pessoas com doença falciforme, desde atenção básica às necessidades de internação hospitalar, melhorando a sua qualidade de vida

Estratégias

- 3 Identificar de forma precoce as pessoas com doença falciforme para iniciar o tratamento, mobilizando os recursos da Rede de Atenção integral à Saúde desde a Atenção Básica.
- 4 Implantar Centro de referência para cuidar das pessoas com doenças hematológicas, destacando a anemia falciforme: CEMDOF – Centro Municipal de Doença Falciforme.
- 5 Garantir assistência e tratamento as pessoas com doença falciforme e outras doenças do sangue associadas à transmissão genética por meio e orientação de equipe multidisciplinar: médicos hematologistas, geneticistas, neurologistas, profissionais de fisioterapia, psicologia e enfermagem.

Pessoas com Câncer

Atualmente o conjunto de conhecimentos e instrumentos permitem controlar ou mesmo conduzir à cura do câncer. Entende-se que o início do combate, da suspeita de câncer à elucidação e o início do tratamento pelo SUS, precisa ocorrer em tempo curto e adequado. Estima-se que tempo médio para diagnóstico do câncer no Brasil é de 270 dias na rede pública de saúde. Essa demora faz com que cerca de 80% dos pacientes com algum tipo de câncer comecem o tratamento em estágios mais avançados – portanto, com menores chances de cura.

Por esta razão, em outubro de 2019 foi sancionada a “Lei dos 30 Dias” estabelecendo que os exames necessários para a confirmação do diagnóstico de câncer sejam realizados no SUS no prazo máximo de 30 dias. Esta lei incluiu parágrafo da “Lei dos 60 Dias”, que estabelece este prazo para o início do tratamento pelo SUS, após o diagnóstico.

É no escopo desta legislação que as unidades de saúde de Salvador serão organizadas e preparadas atender a todos os necessitem. Para dar conta de fazer valer o direito de a população

demandar aos serviços de oncologia, em tempo útil. Ou seja, esperar não pode ser única opção para as pacientes e os pacientes, que não têm como recorrer a serviços particulares de saúde, dado que a longa espera de um tratamento oncológico resulta em avanço sofrido e fatal da doença.

Justifica-se a implantação imediata do CEMOC, que, além de realizar exames diagnósticos, coordenará o fluxo de pacientes encaminhados para serviços especializados, de média e alta complexidade, no território de Salvador ou em outro centro, quando o problema assim exigir. Também será responsável pelo aprimoramento contínuo de profissionais da Atenção Básica e especializada.

Meta 10. Melhorar a chance de salvar vidas das pessoas com câncer. Garantir o tratamento rápido das pessoas de Salvador com câncer que hoje se veem impedidas de fazerem o tratamento oportuna e adequadamente.

Estratégias

1. Ampliar a capacidade de atender e tratar as pessoas com câncer com a implantação do CEMOC – Centro Municipal de Oncologia. Com unidades descentralizadas.
2. Garantir acesso e facilidades de transportes aos doentes em tratamento de câncer criando transporte específico para essa finalidade e evitando que o doente debilitado pela doença e pelo tratamento enfrente transportes inadequados.

A Saúde que constrói Cidadania

Saúde nas escolas

A saúde pode contribuir muito com o desempenho dos alunos nas escolas promovendo a saúde e apoiando professores para a promoção do crescimento e desenvolvimento, assim como a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças ou agravos.

As equipes de saúde da família que operacionalizam a Atenção Básica têm um elevado potencial de trabalho junto às escolas. Esse trabalho não se restringe aos exames regulares que abordam a saúde física e oral dos alunos ou às campanhas de erradicação de parasitoses ou pediculoses ou piolhos. Ela deve perdurar ao longo do ano apoiando e

avaliando as situações de risco de alunos e suas famílias identificadas pelos professores e diretores.

O desempenho escolar pode estar associado a diversas situações de vulnerabilidade e risco familiar como é o caso da violência doméstica.

Hoje, com a banalização do diagnóstico do Déficit de Atenção com Hiperatividade (**TDAH**) muitos alunos usam desnecessariamente a medicação da obediência, droga chamada “ritalina”. O trabalho da Atenção Básica junto às escolas envolve o cuidado com estas crianças e todas aquelas que então submetidas a qualquer fator de vulnerabilidade.

Meta 11. Implantar o Programa de Saúde nas Escolas

Estratégia

- Criar de modo articulado e integrando o Programa Saúde nas Escolas envolvendo as secretarias de saúde e educação;
- Implementar medidas para o seu funcionamento
- Avaliar periodicamente o programa e os indicadores de saúde d população escolar.

Saúde no Sistema Prisional

De acordo às orientações da política de saúde nos sistemas prisionais os detentos terão direito assegurado a atenção integral de forma contínua: médica, odontológica, psicológica, assistência social e jurídica.

Meta 12. Garantir a atenção à saúde nas unidades do sistema prisional

Estratégias

- Trata se de uma política a ser implementada de forma integrada e articulada com a secretaria de segurança.
- Criar e organizar ambulatorios e enfermarias nas unidades prisionais.

Criar e treinar equipes de saúde para populações encarceradas.

População em Situação de Rua

Desde a criação no Governo Dilma da Política Nacional de Saúde Integral da População em Situação de Rua pelo Ministério da Saúde, as secretarias foram instadas a criar alternativas de atendimento à saúde dessa população.

Os problemas de saúde que atinge a população nas ruas são complexos e exigem uma atuação firme e persistente do setor público: violência, doenças infecciosas especialmente AIDS e Tuberculose, transtornos mentais, uso de drogas.

A gestão atual de Salvador tem manifestado intenções para cuidar de população em situação de rua na capital baiana, com a implantação de Unidade de Acolhimento Institucional (UAI), para ampliar o acolhimento de desabrigados por abandono, migração ou ausência de residência, pessoas em trânsito e sem condições de se sustentar.

Meta 13. Melhorar a condição de saúde da população em situação de rua reduzindo sofrimento, dor, mortalidade e morbidade nesse grupo.

Estratégias

- Realizar uma efetiva avaliação do programa implementado pelo governo atual e realizar o redirecionamento dos perfis de atuação dessas UAI qualificando a atenção a esses grupos excluídos socialmente
- Articular com secretarias e setores de governo orientadas para a promoção da qualidade de vida dignificando essas pessoas, no sentido da inclusão e reintegração social, profissionalizando, incluindo no mercado de trabalho e proporcionando moradia digna.

Juntos, com a participação de todos: Gestão participativa e Participação Social

“Saúde é Democracia” é a frase lema do Movimento Sanitário que nucleou a luta pelo direito à saúde e pelo SUS. O que esse lema mostra é que uma sociedade somente acumula saúde se houver democracia. A saúde universal, para todos, é fruto de sociedades e governos comprometidos com proteção e direitos sociais. Essa participação social é importante para todo o governo, para a cidade de Salvador. Mas quando o Constituinte definiu o SUS na nossa Constituição Federal definiu

também que um dos seus pilares é a participação da comunidade. Isso por que acreditaram que o povo deve participar das decisões afetas à saúde.

Meta 14. Realizar a gestão compartilhada e participativa da saúde com ampla e efetiva participação popular em todos os níveis de decisão e de gestão

Estratégias

- a. Fortalecer o poder dos Conselhos de Saúde com legítimos representantes das coletividades (municipal, distritais e locais), para garantir e fortalecer a participação popular e o controle social.
- b. Estimular a ampla participação nas Conferências (municipal, distritais e locais) dos segmentos representativos da sociedade.
- c. Respeitar e cumprir as deliberações dos Conselhos e das Conferências de Saúde.
- d. Dinamizar a Ouvidoria Municipal, mediante a instituição de pesquisas sistemáticas de opinião de usuários.

SEGURANÇA PÚBLICA

CONTEXTO

Os debates das eleições municipais de 2020 apresentam uma janela de oportunidades singular para a priorização do papel protagonista dos Municípios na construção de uma governança integrada em prol do controle, da prevenção e, no limite, da redução das violências e dos crimes violentos. Isso porque os elevadores patamares de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI's), de que são exemplos os homicídios e os roubos seguidos de morte (latrocínios), e os Crimes Violentos Patrimoniais (CVP's), a exemplo dos roubos a pedestre, a transporte público, a residências e a estabelecimentos comerciais, constituem um obstáculo ao desenvolvimento humano de Salvador, da Bahia e do Brasil.

Ao longo das últimas três décadas, diferentes agremiações partidárias se sucederam na gestão da cidade, oferecendo distintas perspectivas e abordagens no campo das políticas públicas de segurança. Apesar disso, os resultados alcançados estão longe de serem satisfatórios. Uma análise histórica dos indicadores criminais de vitimização letal (homicídios, feminicídios e latrocínios – roubos seguidos de morte) e de crimes violentos (estupros, roubos em geral e roubos de veículos) dá conta de movimentos erráticos e pendulares de recuos sistemáticos e avanços muito pontuais na segurança e na convivência em Salvador, fatores estes que também explicam a proliferação da insegurança e do medo na Capital.

Definitivamente, Salvador está na contramão de experiências bem-sucedidas de segurança cidadã desenvolvidas em diversas cidades do país, desde os anos noventa do século XX, a exemplo de Recife e Jaboatão de Guararapes/PE; Fortaleza/CE; Diadema, São Bernardo do Campo e Jundiaí/SP; Rio de Janeiro e Nova Iguaçu/RJ; Vitória/ES; Curitiba e São José dos Campos/PR; São José/SC e Canoas/RS, assim como do exterior, tais como Mórón/AR; Peñalolén/Chile; Lima/Peru; Medellín e Bogotá/CO; Aguascalientes e Ciudad Juárez/México; Nova Iorque, Boston e Los Angeles/EUA, etc.

Salvador precisa de uma concepção alargada de segurança calcada na compreensão de que não haverá direito à segurança sem a segurança dos direitos fundamentais e sociais. Com efeito, afigura-se necessário formular, implementar, monitorar e avaliar uma política municipal integrada e integral de segurança e convivência cidadãs a partir da liderança e do comprometimento do Prefeito Municipal em torno da conjugação de políticas de segurança pública com foco no controle e na repressão qualificada da criminalidade violenta com políticas públicas de segurança com foco na prevenção social e situacional das violências e na promoção dos direitos da população, sobretudo

dos segmentos historicamente mais marginalizados, jovens pobres e negros das periferias de Salvador.

A indução de uma integração mais sistêmica com as demais agências estaduais e nacionais de segurança pública e justiça criminal é mandatória, ao lado da potencialização das várias atribuições da Guarda Municipal tanto em função da Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais) quanto, da Lei nº 13.675/2018 (“Lei do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP”), que regulamentaram, respectivamente, os §§ 7º e 8º do art. 144 da Constituição Federal.

Dessa forma, uma política municipal de segurança cidadã baseada em evidências e nas melhores práticas nacionais e internacionais pode ressignificar a imagem e o acesso a uma cidade de Salvador mais humana, pacífica e menos violenta, com base no entendimento de que a segurança é um direito garantidor de outros direitos, tendo, pela sua característica e natureza, potencial de incentivar o desenvolvimento humano e sustentável, em consonância com o que sinalizam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU), notadamente o de número 16: “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.”

DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

O Programa prioriza as seguintes macrodiretrizes institucionais:

- Políticas públicas integradas baseadas em evidências técnicas e científicas;
- Proteção da vida dos cidadãos e cidadãs soteropolitanos, em especial das juventudes e mulheres pobres e negras das periferias da Capital;
- Gestão Pública da Segurança orientada por resultados;
- Governança integrada da informação e do conhecimento aplicado à segurança;
- Aprimoramento dos mecanismos de captação de recursos e sustentabilidade financeira das políticas públicas de segurança;
- Controle Social, Transparência e Accountability;
- Valorização e recomposição sistemática do efetivo da Guarda Municipal de Salvador.

4 EIXOS TEMÁTICOS PRIORITÁRIOS

Eixo 1: Estabelecimento de estruturas de gestão e governança, financiamento e participação social no campo da segurança e da convivência cidadãos

- Criar uma estrutura ou instância de governança integrada ao gabinete do(a) Prefeito(a), que seja representativa das diferentes secretarias e serviços municipais com potencial de desenvolvimento de ações preventivas e/ou com poder de polícia administrativo, a exemplo da Guarda Municipal, devendo atuar de maneira articulada com as polícias estaduais e federais, os órgãos de justiça e as organizações da sociedade civil, a exemplo dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGI-Ms);
- Definir metas e de mecanismos de monitoramento e avaliação, como indicadores, é fundamental para a definição, a coordenação, a efetividade e a continuidade da gestão integrada e da governança integral das políticas públicas de segurança;
- Ampliar dotação orçamentária reservada para investimentos na área é essencial para garantir o financiamento das iniciativas aqui propostas, o que pode ser feita com a criação do Fundo Municipal de Segurança Cidadã de Salvador a partir da captação de recursos junto aos demais entes federados e do fomento das parcerias com o setor privado;
- Instituir o Estudo de Impacto de Segurança Municipal (EIS-M), por intermédio de Projeto de Lei (PL) de iniciativa do Poder Executivo a ser encaminhado para a Câmara Municipal, para fins de regular a realização de análises técnicas da repercussão da construção de empreendimentos públicos e/ou privados de médio e grande portes na Capital, a partir da regulamentação do prevê o art. 5º, XV, da Lei n.º 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais);
- Instituir a inédita “Lei Municipal de Incentivo à Segurança e à Convivência Cidadãos” de Salvador a partir da autorização de compensações de tributos municipais no caso da aplicação direta desses recursos pela iniciativa privada em projetos de prevenção social e situacional das violências previamente elaborados pelo Municípios, sem prejuízo para a sua utilização no reaparelhamento da Guarda Municipal (veículos, armamentos, Equipamentos de

Proteção Individual – EPI's, tais como coletes, sprays, armamentos – de baixa letalidade aos letais, etc.);

- Promover parcerias estratégicas entre o Município de Salvador, o Estado e a União, organismos internacionais, iniciativa privada, sociedade civil e associações locais para potencializar o financiamento compartilhado desta agenda, como também para mobilizar a atenção da opinião pública e da sociedade soteropolitana, em especial dos segmentos sociais jovens e mulheres negras, pobres e de periferia em torno da centralidade desta causa para a melhoria da qualidade de vida;
- Instituir um Conselho Municipal e de Plataforma Online de Segurança e Convivência Cidadãs para dinamizar e qualificar a participação de i. diferentes secretarias municipais, ii. instituições da segurança pública estaduais e federais, do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, a convite, entre outras, iii. representantes da sociedade civil (jovens e mulheres negras), V. demais interessados(as), privilegiando o engajamento cívico em torno da constituição do I Plano Municipal de Segurança e Convivência Cidadãs, incluindo a modernização do Código Municipal de Posturas, em atenção à novel Lei nº 13.675/2018 (Lei do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP);

8. Desenvolver plano de comunicação, disseminando a atuação do Município, em especial no campo da prevenção das violências e da promoção dos direitos humanos, notadamente dos setores historicamente excluídos, criminalizados e, não raro, vitimados fatalmente, a partir da realização de campanhas específicas.

Eixo 2: Coleta, Processamento, Análise e Difusão de Dados e Informações sobre Segurança e Convivência Cidadã

- Criar o Observatório Municipal de Segurança e Convivência Cidadãs como instância responsável pela produção de dados criminais e não criminais, proposição de indicadores de diagnóstico, monitoramento e avaliação e desenvolvimento de estudos e pesquisas sociais aplicadas na área com foco na compreensão da dinâmica das situações de violências e crimes (desvelamento de fatores de risco, comportamentos vulneráveis, territórios com maior concentração de vulnerabilidades sociais e exposição às violências);

- Desenvolver sistema online de coleta, sistematização e análise de dados e informações de diferentes fontes (Município, Estado e União), com o maior nível possível de automação, possibilitando integração de diferentes dados municipais (dados não criminais) com aqueles de dimensão estadual (indicadores criminais), que são fundamentais tanto para subsidiar a elaboração de políticas públicas de segurança focalizadas por parte do Município quanto para ensejar o monitoramento e avaliação, permanente e continuado, com base em evidência, da política municipal de segurança e convivência cidadãos de Salvador;
- Compatibilizar as Áreas Integradas de Segurança do Município com as métricas de territorialização utilizadas pelo Estado, de modo a aprimorar a consolidação dos dados e informações e sua consequente utilização para fins de subsidiar a tomada de decisão e as intervenções interagenciais da Guarda Municipais com as demais polícias estaduais, federais, sistema de justiça, entre outros;
- Conceber Registro Eletrônico dos Atendimentos da Guarda Municipal de Salvador (REG-M), favorecendo a transição de uma cultura de registro analógica para uma digital;
- Implantar o Registro Eletrônico Online Violências nas Escolas (ROVE) para nortear o desenvolvimento de uma política municipal de prevenção das violências nas escolas nos marcos da política municipal de segurança cidadã de Salvador;
- Realizar a Pesquisa de Vitimização e Percepção Social de (In)Segurança (Mapa do Medo) pelo referido Observatório em parceria com instituições acadêmicas e institutos de pesquisa, com vistas a garantir a identificação dos fatores ambientais e de infraestrutura urbana que fomentam a representação da população de maior ou menor insegurança e medo, aperfeiçoando as estratégias de prevenção das violências e crimes e de promoção da convivência na cidade;
- Capacitar e formar as Guardas Municipais e demais servidores públicos municipais imbricados para a coleta e análise de dados e informações sobre a dinâmica das violências e crimes, privilegiando fatores de risco (como os mercados ilegais de armas e drogas) e de proteção dos grupos populacionais, dos lugares e dos comportamentos mais suscetíveis à violência (redução do abandono e da evasão escolares, métodos

alternativos de resolução de conflitos nas escolas mediante a introdução da mediação de conflitos e da justiça restaurativa), agregando inteligência à tomada de decisão estratégica e tático-operacional da política municipal de segurança e convivência cidadã;

8. Instalar Câmara Técnica, no âmbito do GGI-M de Salvador, com a participação da Guarda Municipal, da Polícia Militar, da Polícia Civil, entre outras agências estaduais, com foco no monitoramento da integridade das atividades de polícia e segurança, em consonância com as diretrizes nacionais sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública (vide art. 23 da Portaria Interministerial n.º 4.226, de 31 de 2010).

Eixo 3: Fortalecimento dos fatores de proteção e redução dos fatores de risco de grupos populacionais, áreas geográficas e comportamentos mais suscetíveis à violência

1. Priorizar grupos populacionais vulneráveis à exposição às violências, entre os quais se destacam crianças, adolescentes, jovens e mulheres negras e pobres, usuários(as) problemáticos(as) de álcool e de outras drogas, etc.;
2. Transversalizar a perspectiva racial e de gênero nas políticas municipais de segurança e convivência cidadãs, considerando as diferentes dinâmicas e impactos das violências na população negra, das juventudes e das mulheres, população LGBTI+;
3. Exemplos de ações municipais transversais orientadas pelo princípio da gestão integrada e da governança integral das políticas públicas de segurança:

3.1 Crianças:

3.1.1 Universalização das matrículas no Ensino Básico, incluindo garantia da oferta de educação infantil, busca ativa para a identificação de crianças em idade escolar não-integrantes da rede municipal de ensino e redução das taxas de evasão escolar;

3.1.2 Ampliação da educação em tempo integral e a perspectiva de educação integral na rede municipal de ensino;

3.1.3 Fortalecimento de serviços de apoio e acolhimento de crianças vítimas de violência sexual e física;

3.1.4 Desenvolvimento de campanhas de sensibilização e prevenção da violência contra crianças e adolescentes;

3.1.5 Provisão de capacitações e formações específicas de servidores públicos, sobretudo da Guarda Municipal e do Conselho Tutelar.

3.2 Adolescentes e jovens (pobres e negros):

- 3.2.1 Redução da evasão e do abandono escolares e busca ativa para identificação de adolescentes fora da escola (com o apoio da Guarda Municipal e do Conselho Tutelar);
- 3.2.2 Adoção de metodologias de promoção do protagonismo juvenil;
- 3.2.3 Fortalecimento dos programas de orientação sobre gravidez na adolescência e desenvolvimento das capacidades parentais;
- 3.2.4 Desenvolvimento de ações de desconstrução de referenciais de gênero, muitas vezes associados à força e à violência (masculinidade e sociabilidade violenta), a exemplo de Programas de Atendimento de Jovens Agressores, em parceria com órgãos do sistema de justiça e da sociedade civil;
- 3.2.5 Aprimoramento dos serviços de acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto, de liberdade assistida e/ou prestação de serviços à comunidade (PSC), em parceria com a Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac);
- 3.2.6 Fomento das ações de reinserção social, capacitação e inserção profissional e egressos do sistema socioeducativo;
- 3.2.7 Fortalecimento dos serviços de proteção social aos adolescentes e jovens vítimas da violência, incluindo a capacitação dos servidores públicos;
- 3.2.8 Criação de Centros de Referência das Juventudes, sobretudo em territórios com altos índices de vulnerabilidade e vitimização, oferecendo alternativas de inclusão social e produtiva às juventudes, com foco na prevenção secundária, estimulando a retomada dos seus vínculos com a escola, a família e com o mundo do trabalho (em iniciativas como Jovem Aprendiz, quando legalmente cabível).

3.3 Mulheres (pobres e negras):

- 3.3.1 Fortalecimento de programas de proteção e apoio para mulheres vítimas de violência (Centro de Referência da Mulher Preta, Casa Abrigo, Promotora Legais Populares, Mapa do Acolhimento nos territórios com maior incidência desses delitos etc.), em parceria com organizações da sociedade civil organizada de Salvador;
- 3.3.2 Implementação das Patrulhas Maria da Penha da Guarda Municipal de Salvador para o acompanhamento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06);
- 3.3.3 Realização de capacitações e formações específicas de servidores públicos municipais acerca das desigualdades estruturais de gênero e de etnia/raça e seus efeitos deletérios na convivência entre as pessoas;
- 3.3.4 Fomento de políticas públicas voltadas ao tratamento dos homens agressores, a partir da captação de recursos externa.

3.4 Usuário(a)s problemático(a)s de álcool e drogas:

- 3.4.1 Promoção dos programas de redução de danos e tratamento lastreado em evidências para usuários problemáticos de drogas e álcool, com atenção especial aos jovens;
- 3.4.2 Fortalecimento e integração da rede municipal de atenção psicossocial (consultório de rua, CAPS AD, Programa de Saúde da Família, hospitais e moradias assistidas, entre outras);
- 3.4.3 Promoção de programas educativos que disseminem informações honestas sobre as substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, incluindo potenciais riscos de seu uso, bem como, estratégias para redução dos riscos à saúde;

3.4.4 Realização de capacitações e formações específicas com os servidores públicos municipais nessa área.

3.5 População LGBTI+:

Desenvolvimento de ações de combate à homotransfobia e de respeito à diversidade sexual, incluindo a sensibilização de servidores públicos municipais e a oferta de serviços de atendimento a vítimas de violência, preconceito ou discriminação, em parceria com organizações da sociedade civil e Poderes Públicos Estadual e Federal.

3.6 População em Situação de Rua:

3.6.1 Fortalecer a rede de atendimento socioassistencial, incluindo ações de abordagem, encaminhamento e centros de acolhimento;

3.6.2 Viabilizar oferta de serviços de saúde por meio de atendimento móvel junto às periferias de Salvador.

3.7 Egressos do sistema prisional e infratores de baixo potencial ofensivo:

3.7.1 Promover programas de inserção no mercado de trabalho para egressos do sistema prisional como parte de estratégia de prevenção terciária das violências;

3.7.2 Estruturar e aprimorar serviços públicos municipais de acompanhamento e alternativas penais, em parceria com o Poder Judiciário e demais agências do sistema de justiça, a exemplo da Defensoria Pública e OAB.

3.8 Imigrantes:

3.8.1 Garantir acesso aos serviços públicos municipais por meio da facilitação dos procedimentos de identificação do imigrante a partir dos documentos dos quais for portador (emissão de carteira de identidade, carteira de trabalho, registro no Sistema Único de Saúde – SUS, etc.);

3.8.2 Prevenir violações de direitos da população imigrante, com destaque para as ações contra a xenofobia, trabalho escravo e tráfico de pessoas, notadamente problemáticos em cidades turísticas como Salvador.

4. Promoção da utilização, regulação e manutenção de espaços urbanos seguros através da/do:

1.1 Criação e manutenção de espaços públicos seguros, incluindo a melhoria da infraestrutura e mobiliários urbanos, sobretudo nas regiões mais vulneráveis e periféricas da cidade;

1.2 Fortalecimento das iniciativas que estimulem a integração e convivência pacífica da população no espaço urbano, por meio do fomento de atividades culturais e de lazer nos territórios que concentram criminalidade violenta e outras vulnerabilidades;

4.3 Fiscalização de atividades comerciais e de prestação de serviços, com atenção especial para os estabelecimentos que comercializam produtos associados a fatores de risco, tais como bebidas alcoólicas, materiais inflamáveis ou tóxicos, explosivos, ou ainda que não tenham origem comprovada, podendo ser fruto de receptação, descaminhos ou outras atividades ilícitas (tráfico de drogas);

4.4 Promoção de planos diretores inclusivos, privilegiando o uso misto do espaço, no contexto da construção participativa do I Plano Municipal de Segurança e Convivência Cidadãos de Salvador.

5. Promover métodos alternativos de resolução não violenta de conflitos e de promoção de uma cultura de paz, privilegiando:

- 5.1 Estruturar equipamentos e serviços de gestão pacífica ou não violenta de conflitos interpessoais (mediação de conflitos, práticas restaurativas, etc.);
- 5.2 Formar e capacitar periódica e sistematicamente servidores públicos municipais em mediação de conflitos, justiça restaurativa, prevenção das violências e promoção da paz, notadamente daqueles lotados na Guarda Municipal de Salvador;
6. Estabelecer, de modo participativo com a população periférica, planos locais de prevenção da violência armada, incluindo o acompanhamento mensal de dados sobre esse fator de risco por parte do Observatório Municipal, com vistas a viabilizar a identificação dos territórios com as maiores concentrações de demanda e apreensão de armas de fogo; mobilização comunitária e apoio às campanhas de entrega voluntária de armas de fogo e munições, entre outras ações e operações integradas a serem potencializadas pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) de Salvador com a participação das Polícias Estaduais (Militar e Civil), Federais (Polícias Federal e Rodoviária Federal), Poder Judiciário, Ministério Público, etc.
7. Implantar o 1º Centro de Referência Municipal em Direitos Humanos para potencializar a realização de cursos, oficinas, seminários, workshop's e debates sobre desigualdades sociais e segurança pública, liberdade e tolerância religiosa; convivência cidadã, seletividade racial e abordagem policial (e da Guarda Municipal); entre outros, em parceria com organizações da sociedade civil e instituições de ensino superior;
8. Implementar a 1ª Agência Municipal de Boas Notícias, com Núcleos Comunitários nos territórios com maior incidência de homicídios e outras formas de vitimização letal, ultimando a desconstrução dos preconceitos que, não raro, recaem sobre essas comunidades e estimulando a visibilidade social positiva desse segmento social periférico.

Eixo 4: Reposicionamento Estratégico e Tático-operacional da Guarda Municipal de Salvador como principal agência municipal de prevenção das violências e polícia do século XXI

1. Regulamentar, no âmbito municipal, a Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), com a finalidade de fortalecer o papel preventivo da Guarda Municipal de Salvador como a polícia do século XX, calcada em uma estratégia mais ampla de policiamento de proximidade orientado à resolução de problemas, em especial junto às comunidades periféricas mais desassistidas da Capital;
2. Elaborar Plano de Metas para a Guarda Municipal, com indicadores de processo e de resultado, no contexto da concepção e implementação de uma política municipal inovadora de segurança e convivência cidadãs, de acordo com as melhores práticas nacionais e internacionais;
3. Priorizar as áreas de maior incidência criminal e o atendimento de grupos e segmentos sociais mais vulneráveis, com destaque para i. a proteção do entorno escolar; ii. o enfrentamento das violências de gênero e intrafamiliar; iii. a restauração de conflitos entre jovens; iv. a luta contra a prática de violências contra população LGBTI+; v. a intervenção com foco na prevenção de violências contra a população em situação de rua; vi. o estímulo à mediação de conflitos de convivência e, ainda, vii. a promoção de uma convivência pacífica a partir de um maior controle da perturbação do sossego e da promoção de relações interpessoais não violentas;

4. Fortalecer o desenvolvimento de uma estratégia mais articulada e inteligente de patrulhamento municipal preventivo, em linha com a Lei nº 13.022/2014, com base nas evidências, dados e informações produzidos pelo Observatório Municipal, a exemplo do REG-M;
5. Potencializar a especialização do atendimento tático-operacional da Guarda Municipal com a criação de um Grupamento Especializado de Atendimento às Escolas Públicas Municipais, no contexto de uma política municipal de prevenção às violências nas escolas mais abrangente; da Patrulha Maria da Penha Municipal; Grupamento Especializado Ambiental de Atendimento a Parques, Praças e Espaços Públicos Municipais; de Patrulhamento Especializado nas Áreas Turísticas considerando a maior circulação e fluxo de pessoas e recursos, entre outros;
6. Implementar sistema de indicadores eletrônico e automatizado da Guarda Municipal, com aplicações em dispositivos móveis, sobre violências nas escolas (Registro Online de Violências nas Escolas) e demais indicadores prioritários em prol da redução do abandono e da evasão escolar, considerados fatores de risco para a prática de violências, inclusive de homicídios, e da cooptação de jovens pobres e negros, sobretudo de periferias, pelo crime organizado, promovendo a busca-ativa domiciliar, o acompanhamento e a retenção escolar com base em evidência;
7. Criar as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e às Violências nas Escolas Públicas Municipais (CIPAVE's), que contará com o apoio da Guarda Municipal;
8. Desenvolver Plano Tático-operacional de Redução de Roubos a Pedestres, Residências, Estabelecimentos Comerciais, Bancários e de Veículos a partir do policiamento de proximidade integrado entre a Polícia Militar e a Guarda Municipal de Salvador nos locais com maior incidência ("hotspots") desses delitos na Capital, agregando maior capacidade de inteligência e tecnologia para a indução de uma integração mais sistêmica, no que couber, com as demais agências públicas estaduais e federais de segurança;
9. Realizar operações integradas com foco na fiscalização administrativa e na regulação de estabelecimentos comerciais, com base no fortalecimento do poder de polícia administrativo municipal;
10. Realização operações integradas junto a desmanches com o envolvimento das agências públicas estaduais de segurança, mobilidade e trânsito da Bahia, como medida profilática de prevenção dos delitos afetos à cadeia criminal dos roubos de veículos;
11. Reaparelhar a Guarda Municipal com a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), a exemplo de veículos, armamento (letal e de baixa letalidade), sprays, algemas, bastões, drones e afins;
12. Modernizar a Guarda Municipal de Salvador no aperfeiçoamento dos usos e compartilhamento de dados e informações, facilitando a coordenação das atividades tático-operacionais de patrulhamento municipal preventivo da Guarda Municipal e, ainda, aprimorando o planejamento eficiente da sua atuação, o resgate da confiança da população na corporação a partir do aumento da transparência das ações realizadas, assim como profissionalizando o atendimento da cidadania;
13. Criar a Academia Municipal da Guarda Municipal de Salvador para fomentar a perspectiva de atuação socioprofissional mediadora e restauradora de conflitos da Guarda Municipal

como principal agência municipal de prevenção das violências e cuidadora da cidade e do seu maior patrimônio: as pessoas;

14. Instituir Procedimentos Operacionais Padrão (POP) entre a Guarda Municipal e as Polícias Estaduais, de modo a potencializar a qualidade do serviço público de segurança prestado à população;
15. Qualificar os padrões de abordagem policial, sobretudo no que se refere à recriação de situações concretas (simuladas), buscando o aperfeiçoamento da atuação da Guarda Municipal e das demais polícias, em especial com as juventudes periféricas e negras;
16. Fortalecer os órgãos de controle, interno (Corregedoria) e externo (Ouvidoria) da Guarda Municipal de Salvador, conforme preconizado pelo art. 13 do Estatuto Geral das Guardas Municipais;
17. Implantar câmeras de videomonitoramento nas viaturas da Guarda Municipal e, por convênio, nas da Polícia Militar da Bahia tanto para a proteção do servidor público quanto do(a) cidadão(ã) de Salvador de eventuais usos abusivos da força e/ou denúncias e perseguições falsas;
18. Criar indicadores de monitoramento e avaliação do uso da força, incorporando-as entre os principais indicadores públicos municipais de segurança, em parceria com os Observatórios Municipal e Estadual da Segurança;
19. Fomentar a cooperação com as Polícias Militar e Civil, de maneira a maximizar e racionalizar a alocação e o direcionamento dos recursos financeiros e humanos dessas instituições em prol da qualidade de vida do povo de Salvador, incluindo i. a participação na estrutura de governança; ii. o compartilhamento de dados e informações do Observatório Municipal da Segurança e Convivência Cidadãs; iii. o encaminhamento e o tratamento das denúncias (incluindo aquelas recebidas pela Ouvidoria e canais institucionais municipais); iv. o uso compartilhado de ferramentas de gestão municipal, como câmeras de videomonitoramento, GPS e radares de velocidade, entre outros;
20. Instituir o “Programa de Saúde Mental da Guarda Municipal e dos Profissionais da Segurança Pública de Salvador”, em parceria com o Estado da Bahia, como uma linha de apoio especial aos Plantonistas de Delegacias de Pronto Atendimento (DPPA), Atendimento à Mulher, aos(às) Policiais Militares que atuam na ponta, Agentes Penitenciários e Peritos Criminais, contemplando a realização periódica de pesquisas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), com especial atenção aos suicídios e doenças mentais dos profissionais municipais e estaduais da segurança;
21. Criar o “Prêmio Espírito Público de Salvador” para premiar os servidores públicos de segurança que mais se destacaram nos esforços para a redução das violências e crimes monitorados pela política municipal de segurança cidadã de Salvador, nas seguintes categorias: Inovações em Investigação e Perícia Criminal; Inovações em Policiamento de Proximidade ou Comunitário; Espaços Urbanos Seguros; Governança Integrada e Sustentabilidade Financeira e, ainda, Execução Criminal e Reintegração Social, através de parcerias institucionais a serem firmadas com organizações da sociedade civil e do setor empresarial de Salvador e da Bahia;
22. Instituir o “Programa de Recomposição Permanente da Guarda Municipal”, para fins de garantir a recomposição dos servidores públicos municipais de segurança aposentados;

23. Fomentar redes de engajamento comunitário e cívico da segurança entre vizinhos e entre estes e as agências de segurança pública, inclusive com a Guarda Municipal por meio da utilização de aplicativos e dispositivos móveis;

25. Incentivar a realização de investimentos públicos municipais com foco em melhorias de infraestrutura urbana em iluminação pública, pavimentação, podas de árvores, revitalização de espaços públicos, a partir do fomento de espaços urbanos seguros, nos locais que concentram a maior ocorrência desses delitos.

TRABALHO E RENDA

Por uma economia para todas as pessoas

Salvador é, hoje, uma cidade em que não cabem todos.

Um terço dos que querem trabalhar não têm nenhuma chance.

Seja pelo desemprego, pelo desalento, pela jornada incompleta: a cidade não é para eles. Outros estão na viração, trabalhando hoje para comprar o almoço de amanhã. Não têm nenhuma segurança, não podem planejar seu futuro.

Outros ainda estão em processo de expulsão: perdendo o emprego, vendo o negócio falir, sem o turista chegar, e só resta sair.

Salvador precisa de um projeto para o futuro. Uma cidade que misture o antigo ao novo, o moderno ao tradicional, a tecnologia à inclusão.

Salvador precisa de uma economia para todas as pessoas.

A adoção de uma economia solidária, baseada na cooperação, e no fortalecimento da economia local, e circular, em que há o melhor aproveitamento possível dos recursos - com redução, compartilhamento, reutilização, recuperação e reciclagem - é um caminho sustentável de geração de emprego, renda e promoção da igualdade. Uma economia que acredita nas pessoas, investe nelas, oferece crédito, educação, incentiva a ativação da economia local através de redes de economia solidária.

Para concretizar essa nova construção econômica na cidade, será constituída a Secretaria para o Fomento de Novas Economias, que terá em sua estrutura todo o arcabouço institucional, fundos, programas, corpo técnico-diretivo e expertise de gestão de políticas públicas associados a esse programa de governo. A Secretaria promoverá também a articulação entre a administração direta e indireta, o setor empresarial, os governos estadual e federal, o setor financeiro público e privado e a sociedade soteropolitana para concretizar as propostas que garantam geração de emprego e renda para todos os moradores da cidade, promovendo a transformação estrutural da economia de Salvador a partir de uma lógica solidária e circular.

Mercado de trabalho para todos

O mercado de trabalho é marcado pelo desemprego e pela informalidade, salários baixos, os bons empregos indo embora da cidade, as grandes empresas - responsáveis pelos maiores salários - reduzindo seus quadros de funcionários, principalmente na construção civil e nos serviços.

Propostas:

1. Programa de geração de trabalho público em atividades que contribuem para o florescer dos bairros e comunidades e que não exigem elevada qualificação prévia;
2. Atuação ativa da prefeitura na articulação frente ao governo federal para a efetiva disponibilidade para as grandes empresas do município e região:
 - a) de programa de habitação e linhas de crédito para impulsionar a construção civil, contemplando a possibilidade de construção coletiva de moradias;
 - b) de fortalecimento ao setor de serviços e disponibilidade de crédito.

Economia do Futuro

A economia do futuro é também uma economia do cuidado, em que os cuidadores cuidam dos moradores e a cidade cuida dos cuidadores. Porém, em Salvador, aqueles que exercem os serviços pessoais estão entregues a um trabalho precário, com pagamento baixo e incerto, sem conseguir completar o tempo de trabalho que desejam.

Propostas:

1. Programa de promoção da economia do cuidado, através da contratação pública de profissionais dos serviços pessoais que atendam às demandas de cuidado da cidade com crianças e idosos.
2. Criação de frentes de trabalho emergenciais que atendam à demanda do cuidado com a cidade, quanto aos equipamentos e serviços públicos municipais, e visando dirimir os graves efeitos da pandemia em curso.

Diagnósticos

O andamento das propostas e a situação do trabalho em Salvador precisa ser acompanhado através de pesquisas, estudos e estatísticas geradas frequentemente e em detalhes não disponíveis nos institutos de pesquisa atuais.

Propostas:

1. Criação do Observatório do Trabalho de Salvador, com uma equipe permanente de pesquisa, que deverá monitorar o andamento dos projetos e seu impacto sobre o mercado de trabalho e a situação social na cidade.

Apoio aos negócios de todos: promoção dos empreendimentos dos cidadãos

No contexto de crise econômica que vivemos, as micro, pequenas e médias empresas estão sendo particularmente castigadas, com sua demanda intensamente reduzida e sem conseguirem acessar sequer os meios de crédito para se manterem vivas.

Propostas:

1. Compras públicas e contratação de serviços da prefeitura deverão privilegiar as micro e pequenas empresas.
2. Programa de apoio e desenvolvimento às micros e pequenas empresas locais e cooperativas a fim de potencializar as vocações regionais. Este programa estará vinculado à Secretaria para o Fomento de Novas Economias. Serão disponibilizadas linhas de créditos com taxas reduzidas de juros para se iniciar ou ampliar um negócio; assistência técnica especializada e capacitação de gestores e incentivo a sistemas associativos de produção. Para a viabilidade do Programa será criado um Fundo do município. Ele terá as seguintes categorias, dentre outras:
 - a) formalização dos pequenos empreendimentos, associado à sua qualificação e aumento de produtividade, com uma política de financiamento e formação para seu incremento de capital fixo;
 - b) empreendedorismo, promovendo a criação de pequenos negócios que atuem nas cadeias de serviços de alta produtividade, associado a um programa de formação para essa atuação. Essas cadeias serão focadas nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, constituindo em Salvador um polo de empreendedorismo social;
 - c) estímulo à criação de pequenos negócios nas cadeias de serviços tradicionais, que atendam às missões sociais de Salvador e dê uma nova identidade à cidade.
3. Incentivar a formação de redes de economia solidária, enfatizando a autogestão, cooperativismo e participação coletiva.
4. Criar uma política de comercialização e centrais de distribuição de produtos da economia solidária e da agricultura familiar.
5. Estimular a formação de cooperativas de produção de placas solares e demais meios de geração de energia distribuída.
6. Apoiar a criação de cooperativas de catadores e incentivar através de doação de materiais, como carrinhos motorizados, para esses trabalhadores.
7. Implantação de Praças de Ofícios, onde as pessoas poderão exercer suas profissões (sapateiros, costureiras, reparos em geral, cabeleireiros, etc). Nelas, serão dispostos toldos armados, banheiros públicos e depósitos para mercadorias e materiais de trabalho.
8. Ofertar cursos de capacitação em desenvolvimento de negócios, acesso a mercados, e incentivos financeiros aos locais onde há menor oportunidade de trabalho.
9. Criar programa de assistência técnica e financiamento à expansão das médias empresas.
10. Criar o Programa Compra Local - considera o surgimento de cadeias curtas sob dois aspectos, o incentivo à população para adquirir produtos do mercado local e estímulo às grandes empresas para que adquiram matérias primas e insumos das médias e pequenas empresas locais.

Nas grandes cidades do mundo, as empresas de plataforma ganham espaço e alteram as lógicas urbanas de uso e mobilidade no espaço, com impactos sobre a precarização do trabalho e pouca transparência sobre seus métodos. Isso é uma subversão da potencialidade liberada pela tecnologia para facilitar a vida humana.

Propostas:

1. Caracterização dos dados como bens comuns, ampliando o acesso a eles entre todos que podem usá-los para sua ocupação.
2. Adoção de softwares livres e alternativas de código aberto, de forma crescente, em todos os serviços oferecidos pela prefeitura.
3. Promoção de empreendimentos de plataforma na economia do compartilhamento alternativos às grandes empresas internacionais, privilegiando uma lógica cooperativa de funcionamento entre os profissionais.
4. Instalação de Centros de Tecnologia 3D, permitindo que os consumidores possam buscar o produto encomendado, (de eletrodomésticos e roupas a casas) que pode ser impresso na hora.
5. Criação de laboratórios para o ensino de linguagens de programação para crianças e jovens nas escolas e espaços comunitários. Através do domínio da tecnologia a juventude passa a ter maiores possibilidades e liberdade para traçar seu futuro.
6. Criação de FabLabs e Hackerspaces em espaços multiusos descentralizados pela cidade para que os conhecimentos adquiridos nos laboratórios sejam colocados em prática e à serviço da comunidade. Soluções tecnológicas saídas das comunidades podem criar verdadeiras revoluções. Fablabs já atuam gerando soluções como o barateamento o acesso a próteses que melhoram a qualidade de vida da população, conectando pessoas e apresentando ao mundo o que a cidade tem de melhor.

Turismo

O turismo, importante atividade econômica da cidade, precisa ser modulado para garantir que beneficie a toda a população e, especialmente, os profissionais que prestam serviços associados a ele.

Propostas:

1. Criação de um sistema municipal de turismo que conecte os prestadores de serviços aos turistas, favorecendo a promoção dos pequenos negócios da economia do turismo e a autonomia dos profissionais do turismo, sem a intermediação das grandes empresas de plataforma, e promovendo experiências sustentáveis de descobrimento da história e da cultura de Salvador.
2. Nesse sistema, os profissionais do turismo passarão por formação para sua qualificação como agentes culturais de Salvador, preparados para a prática de experiências ricas e sustentáveis de conhecimento da cidade. Eles também poderão atuar na hospedagem doméstica e na criação de experiências gastronômicas.

Cadeias Produtivas

A Região Metropolitana de Salvador tem apresentado, no período recente, uma dinâmica de concentração das atividades industriais nas cidades menores, enquanto a capital se consolida como um polo de serviços. Porém, as duas formas de atividade econômica se articulam de diversas formas, e seu desenvolvimento precisa ser planejado de forma conjunta.

Propostas:

1. Criação do Conselho Intermunicipal de Gestão de Cadeias Produtivas, envolvendo todos os municípios da região metropolitana, para planejamento junto ao setor empresarial das principais cadeias produtivas da região, construindo as conexões entre indústria e serviços que garanta a maior geração de emprego e renda. O Conselho também fará a articulação com as esferas estadual e federal para apoiar as grandes empresas da região e suas estratégias de localização, garantindo consonância com as necessidades de emprego e renda da região.
2. Explorar espaços no âmbito do Consórcio Nordeste, em que estados e municípios podem traçar estratégias cooperativas para além das fronteiras municipais.

Produção e consumo alimentar para todos: comida como agenda política

A comida é cultura, é fonte de renda, é saúde. A identidade de um povo é marcada pelos seus pratos típicos, pelos ingredientes regionais e pelas pessoas que fazem dessa identidade um modo de vida. Assegurar que as pessoas possam ter autonomia para decidirem o que querem comer, a partir de sua história, às tornam soberanas. A garantia da soberania alimentar é a garantia à autonomia local, dos mercados locais, impulso aos ciclos locais de produção-consumo atrelada à soberania energética, tecnológica e produtiva. Como construir essa soberania? Uma agenda política que inclua a alimentação é necessária.

Disponibilizar alimentos de qualidade, nutricionalmente adequados e de acordo com suas especificidades regionais para todas as pessoas a um preço acessível é uma necessidade. Garantindo soberania e segurança alimentar e nutricional.

Propostas:

1. Apoio a agricultura rural e urbana de base agroecológica;
2. Disponibilizar espaços ociosos de Salvador para a produção coletiva de alimentos, tanto para consumo daqueles que produzem e de suas famílias, quanto proporcionar geração de emprego e renda;
3. Oferecer apoio técnico, infraestrutura e formações para impulsionar a produção alimentar no município;
4. Direcionar prioritariamente as compras públicas de alimentos para a agricultura soteropolitana como forma de consolidar a produção de base agroecológica no município;
5. Abrir linhas de crédito via cooperativas de crédito para a agricultura rural e urbana.
6. Abrir linhas de crédito para pequenos negócios voltados para a disponibilidade de alimentos in natura e minimamente processados;

7. Apoiar espaços comunitários de produção de alimentos (cozinhas comunitárias) tanto para disponibilizar alimento para a própria comunidade, quanto como forma de geração de renda com a venda de alimentos;
8. Apoiar espaços comunitários de venda colaborativa, onde a comunidade possa oferecer produções de alimentos, serviços e outros produtos dentro de suas comunidades;
9. Fazer do alimento um aliado à saúde pública. Discutir com a população como o alimento é um caminho e uma solução para diversos problemas de saúde pública que são associados ao consumo de alimentos que não alimentam;
10. Fazer do alimento a conexão com o passado e a construção da identidade para o presente e para o futuro. Aliar alimentação, educação e cultura para fortalecer as raízes das pessoas com sua história;
11. Fazer do alimento fonte de renda: fortalecer os circuitos locais para que “se alimentar” seja um ato político de valorização da cidade.

Finanças para todos: reforçando o papel social do dinheiro

O acesso ao crédito, ao capital, para investir exclui grande parte da população de levar adiante suas ideias, seus projetos, individuais ou coletivos. A estrutura concentrada do sistema financeiro nacional, os elevados spreads bancários, a parcela da população não bancarizada, a informalidade do trabalho e dos empreendimentos - são diversos os motivos que fazem com que o sistema financeiro, em sua conformação atual, não seja para todos. No entanto, em um sistema econômico monetário, o papel do crédito é fundamental como ator “ex-ante”, como impulsionador da atividade econômica, da geração de renda, de emprego e de poupança.

Em momentos de alto risco, como os de pandemia e crise econômica, a situação é ainda pior. Os bancos encontram dificuldades em seus procedimentos de gestão de risco, e acabam constituindo um percalço na geração de atividade econômica, ao invés de um estímulo. Assim, é essencial que o acesso ao crédito seja democratizado e supere a barreira colocada pelos procedimentos conservadores de gestão de risco dos grandes bancos.

Propostas:

1. Programa municipal de estímulo à criação de cooperativas de crédito que sejam organizadas como empresa social com apoio organizacional, logístico e operacional da prefeitura, associado a um programa de formação para a constituição de cooperativas de crédito, para que em todos os bairros haja iniciativas comunitárias de crédito.
2. Aporte de um fundo público nas cooperativas de crédito apoiadas pelo programa de estímulo municipal, para que tenham a dimensão exigida para o desenvolvimento dos territórios. As cooperativas com aporte municipal deverão seguir todas as regras estabelecidas pelo fundo público em sua operação.
3. Implantação gradual e experimental de um processo de crédito participativo, em que os projetos financiados por cooperativas com aporte majoritário do fundo público sejam definidos de forma coletiva nos territórios.

4. Promoção do Desafios da Cidade, um programa de financiamento para projetos inovadores que resolvam problemas diagnosticados na cidade de forma participativa. Os projetos concorrem em competições regulares associadas a desafios específicos, engajando as comunidades dos bairros no diagnóstico de seus problemas e em encontrar soluções criativas para eles.
5. Fortalecendo Redes de Bancos Comunitários: Uma economia a serviço do povo está para a democratização econômica. Uma das resultantes estratégicas da implantação disso se dá pelo fortalecimento e multiplicação da cidadania em escala populacional contribuindo para a estabilização e ampliação de redes de Bancos de Desenvolvimento comunitários.
 - a) Desenvolvimento territorial para a inclusão social e econômica em lugar de abandono;
 - b) Participação social, oportunidades, autoconfiança, emancipação e cidadania em escala populacional;
 - c) Criação de Redes de Fomento a Bancos de Desenvolvimento Comunitários por meio do Planejamento Territorial Participativo

Bancos de Desenvolvimento Territorial Comunitário

A construção da Rede de Bancos de Desenvolvimento Territorial Comunitário é uma articulação entre sociedade civil organizada e Poder Público municipal, portanto, é importante a articulação com políticas de regularização fundiária e uso e ocupação do solo, marcadamente o Plano Diretor do município.

Na articulação em torno da Rede de Bancos Comunitários a inclusão de uma moeda social poderia potencializar os esforços coletivos de captação de recursos. Isto, pois, a criação de uma moeda própria para as comunidades soteropolitanas impulsiona a circulação da moeda entre as pessoas. Uma moeda das pessoas que circula entre as pessoas que hoje se veem pouco incluídas na economia por não terem acesso ao dinheiro. Uma moeda que só seja aceita no comércio e para serviços no local não “escapa” para fora da economia local, impulsionando compras locais, acesso a serviços locais e a criação de novos negócios locais.

Uma Rede de Bancos Comunitários e a criação de uma Moeda Social abrem a possibilidade para:

- a) Acesso a microcrédito para melhorias e reformas de pequenos negócios locais e moradias, o que inclui compra de equipamentos para ampliação ou melhoria dos pequenos negócios;
- b) Moeda Social tem um lastro. Os moradores locais trocam seu dinheiro oficial (reais) por uma moeda social cujo valor está restrito a uma área determinada de aceitação. Ou seja, somente postos comerciais previamente cadastrados, que aceitam participar desse circuito econômico particular, estão aptos a receber essa moeda pelo valor de face a ela atribuído, para a comercialização de produtos e serviços. Uma organização responsável centraliza a emissão e garante o lastro dessa moeda. Atualmente já existem, inclusive, experiências de moeda social virtual, como o e-dinheiro.
- c) Moeda Social só existe se não for para acumular. E, por isso, a contabilidade dos clubes de trocas para que haja um acompanhamento das moedas.
- d) Portanto, uma resposta de solidariedade e de economia local, um mercado reprimido, podem fazer um mercado novo.,

Todos no orçamento público: impacto na sociedade e nos territórios

O orçamento participativo permite que as pessoas possam decidir onde o orçamento municipal deve ser investido, além de possibilitar a transparência de informações sobre o uso dos recursos públicos. Deve-se, cada vez mais, estimular a participação popular, facilitando seu acesso às informações e decisões.

Propostas:

1. Descentralizar o orçamento público prevendo sua regionalização, desde o seu planejamento até a sua execução, com a transparência das etapas de planejamento e prestação de contas.
2. Aperfeiçoar as formas de consulta e meios de participação.
3. Instituir mecanismos que incentivem e fortaleçam a participação popular e o seu engajamento no planejamento local, por meio de reuniões e encontros presenciais e/ou virtuais, garantindo a publicidade e acessibilidade, utilizando os meios de tecnologia da informação e comunicação disponíveis.

O orçamento público possibilita que as pessoas identifiquem suas necessidades a serem priorizadas e apresentem as possíveis soluções, cabendo ao Poder Público comprometer-se com a execução para atendimento das resoluções propostas.

Proposta:

1. Realizar oficinas territoriais temáticas com a população, entidades associativas e coletivos a fim de realizar um Planejamento Territorial Participativo que indicará as demandas prioritárias e suas soluções, resultando na pactuação junto ao Poder Público de calendário de execução e implantação das medidas cabíveis.

O orçamento público é um espaço essencial para direcionar as prioridades da sociedade e endereçar os grandes desafios que se colocam para as cidades. É também um importante determinante dos rumos econômicos da cidade, da construção das oportunidades, dos avanços sociais civilizatórios. Por isso, além de democratizar as decisões sobre os orçamentos no território, através do orçamento participativo, também é preciso avaliar recorrentemente todos os gastos e origens de recursos públicos para garantir que as demandas sociais estejam sendo atendidas.

Propostas:

1. Dar máxima transparência aos recursos e gastos públicos que passam pela administração municipal e a seus efeitos sociais, implementando indicadores de monitoramento do gasto público e de seu impacto sobre a vida das pessoas. Todos os novos gastos públicos deverão ter mapeados seus efeitos sobre a sociedade e uma estimativa da quantidade de pessoas que são impactadas por eles.

ANEXOS

Os conteúdos a seguir têm o propósito de fornecer ao candidato e sua equipe de comunicação subsídios técnicos para complementar a compreensão e significado de alguns assuntos e pontos do Plano de Saúde e, conseqüentemente, aprimorar a participação consistente em debates, entrevistas e na elaboração de documentos de divulgação do plano de governo.

1. Reestruturação e ampliação da rede de serviços de saúde

Este componente da futura gestão municipal será feito imediatamente no seu início. Isto porque com a priorização da distritalização, caberá aos Distritos Sanitários os estudos *in loco* para a certificação da viabilidade e propriedade das unidades atuais e das que serão implantadas.

Reestruturação e implantação de Unidades da Atenção Básica e CAPS da rede municipal de Salvador, por Distrito Sanitário

DISTRITO SANITÁRIO	Unidades da AB			CAPS
	Bairros	Reestruturar	Implantar	Reestruturar
Boca do Rio	4	4	1	1
Barra/Rio Vermelho	10	10	1	1
Brotas	4	6	0	1
Cabula/Beiru	13	15	1	1
Cajazeiras	8	8	0	2
Centro Histórico	8	9	1	2
Itapagipe	5	6	0	1
Pau da Lima	7	9	0	1
São Caetano Valéria	12	14	0	2

Subúrbio Ferroviário	15	28	0	2
Itapuã	6	7	0	1
Liberdade	5	6	1	2
TOTAL	97	122	5	17

Fonte: PPA, PMS 2018 -2021, CNES

A tabela acima, que identifica a distribuição de dois tipos de serviços de saúde, sugere uma cobertura razoável de Unidades da Atenção Básica e CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). Porém esta é uma falsa impressão se for considerada que a AB é prioridade do próximo comando da Prefeitura de Salvador.

A administração municipal atual sancionou (setembro/2017) lei que prevê a nova delimitação dos bairros de Salvador, definindo que a cidade passa a ter 163 bairros, incluindo as três ilhas – de Maré, dos Frades e de Bom Jesus dos Passos. Porém, a cidade, concernente às ações e controle da saúde, tem outra divisão, formalizada e operacionalizada com bases epidemiológicas. Nestas duas configurações formais, identifica-se de imediato que órgãos oficiais consideram conceitos diferentes para **bairro**.

No site a seguir encontra-se da distribuição de bairros por Distrito Sanitário - DS. Verifica-se que a quantidade de bairros que compõe o DS transcende, e muito, os 163 bairros formalizados pelo governo municipal.

<http://www.saude.ba.gov.br/atencao-a-saude/comofuncionaosus/redes-de-atencao-a-saude/bairros-de-abrangencia-por-distritos-sanitarios>

Reforce-se a continuação com a divisão e composição geográfica dos DS sejam mantidas e o conhecimento profundo da ocupação dos espaços, da existência e condições das vias de acesso e mobilidade, características e condições dos domicílios e os aspectos ambientais. Desse conhecimento será possível a implantação de serviços de saúde para garantir a cobertura a que tem direito soteropolitanos e soteropolitanas e que é prioridade da próxima gestão de Salvador.

De imediato afirma-se que a ampliação da rede deverá obedecer a questões da mobilidade, da área de abrangência e dos fluxos costumeiros das comunidades

2. Atenção Básica (AB) e a estratégia do Programa Saúde da Família (PSF)

A Atenção Básica é a principal porta de entrada e o centro articulador do acesso dos usuários ao SUS. É orientada pelos princípios da acessibilidade, coordenação do cuidado, vínculo, continuidade e integralidade. Para atender esses princípios, a Atenção Básica desenvolve programas e ações, considerando a diversidade das necessidades de saúde dos usuários, incluindo as condições ambientais. As Unidades Básicas de Saúde, principais estruturas físicas da Atenção Básica, são instaladas próximas da vida dos usuários, desempenhando um papel central na garantia de cuidados para uma saúde de qualidade.

A estratégia do PSF surge como modelo prioritário para melhor qualificar a Atenção Básica, mediante a disponibilização de recursos do Ministério da Saúde para a formação de equipes multiprofissionais, compostas por agentes comunitários de saúde, enfermeiro, técnico de enfermagem, médico de família e comunidade, psicólogo, cirurgião-dentista e auxiliar e/ou técnico em saúde bucal.

3. Atividades principais do Agentes Comunitários de Saúde

O principal objetivo do trabalho do Agente Comunitário de saúde é contribuir para a qualidade de vida das pessoas e da comunidade. Suas ações implicam na captação de informação acessível, das pessoas e do ambiente, e também do olhar atento para a necessidade de possíveis intervenções. Dentre as diversas atribuições do agente de saúde, tem-se: identificar situações de risco coletivo e individual; encaminhar as pessoas aos serviços de saúde, sempre que necessário; orientar as famílias de acordo com as instruções das equipes de saúde; e acompanhar a situação de saúde das famílias para ajudá-las a conseguir os melhores resultados com os tratamentos e modos de prevenção. São situações que afetam a qualidade de vida das famílias, sobretudo as que povoam as periferias: condições precárias de moradia, exclusão social, violência domiciliar, desemprego, uso de drogas e saneamento básico.

4. Distritos Sanitários

Compreende uma área geográfica municipal constituída por bairros, cuja população apresenta características epidemiológicas e sociais que definem suas necessidades e os recursos de saúde para atendê-la. Consiste numa descentralização (não a mera desconcentração de ações) administrativa e de gestão pública que norteia a formatação de programas. A distritalização garante a gestão sanitária mais próxima do espaço onde moram os cidadãos e cidadãs. Destacando o aprimoramento dos processos locais de atuação e avaliação contínua e em bases epidemiológicas, o que torna mais eficiente a participação da comunidade. O fomento ao desenvolvimento dos territórios com gestão compartilhada deve ser uma das prioridades e orientações capitais deste Plano.

5. Regulação da Saúde

A regulação é uma importante ferramenta de gestão em Saúde Pública, porque pode garantir a distribuição equânime de serviços de saúde, em tempo útil, **propiciando o ajuste da oferta disponível às necessidades imediatas** da demanda assistida. **A implantação de uma Central de Regulação tem como objetivo principal unir as ações voltadas para a regulação do acesso nas áreas ambulatorial, hospitalar e dos serviços de apoio ao**

diagnóstico e tratamento. Portanto, trata-se de um sistema que monitora a disponibilidade de serviços e vagas em atendimentos especializados e de leitos, tornando mais ágil a marcação de consultas, exames e procedimentos, e, ainda, a transferência entre unidades de pacientes cujo estado de saúde carece de cuidados em unidades com serviços de maior complexidade, como uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

6. Cuidar das Crianças

Cuidar da criança significa educar e promover sua saúde e seu desenvolvimento integral, para garantir sua higidez e aquisição de autoconfiança, autoestima e a capacidade de relacionar-se bem com as pessoas em seu entorno, destacando a família e a comunidade. Esta será uma tarefa multidisciplinar, potencializada com os esforços das áreas de Educação e Assistência Social.

Os primeiros anos de vida são de fundamental importância, pois é nesta etapa que a criança é mais sujeita a agravos, dado que ocorre a maturação e adaptação dos vários sistemas, sobretudo o imunológico. **É importante a parceria entre os pais, a comunidade e os profissionais de saúde, de assistência social e de educação.** Desse modo, espera-se a possibilidade de a criança tornar-se adolescente bem adaptado socialmente.

7. Cuidar da população adolescente

A adolescência (9 a 19 anos) no contexto do desenvolvimento humano, é caracterizada por um complexo processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial. É entendida como o período mais saudável da vida e o melhor momento para investir em esforços de proteção, promoção da saúde e recuperação da saúde. **Nesse sentido, cuidar de adolescentes** no território de Salvador tem como objetivo ampliar e garantir direitos de acesso à integralidade da atenção à saúde desse grupo etário, na perspectiva dos e das adolescentes tornarem-se adultos e adultas bem adaptados e adaptadas socialmente.

Vale ressaltar que na adolescência podem ocorrer variações no padrão de velocidade de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, mas que nem sempre refletem uma condição patológica. Portanto, é imprescindível que profissionais de saúde acompanham e monitoram esse processo, que é influenciado por fatores sociais, ambientais e individuais, sejam também reconhecidos como agentes de disseminação de informações positivas.

A implementação das ações de saúde desse grupo ocorrerá de forma articulada com segmentos da educação, da justiça e da assistência social, tendo como *lôcus* as escolas e os estabelecimentos de recuperação socioeducativas, em seus momentos específicos.

a. Nas escolas

Neste espaço privilegiado ocorrerão as atividades articuladas saúde-educação. Além das atividades dirigidas para as condições individuais de saúde e os encaminhamentos indicados, serão realizadas participações curriculares em assuntos relacionados ao **crescimento e desenvolvimento e saúde sexual e saúde reprodutiva**, mediante palestras, ciclo de debates e outros eventos (feiras, exposições de trabalhos).

b. Nas Casas de Correção

As medidas socioeducativas são uma tentativa de fazer com que adolescentes, prejudicados pela vida ou pelos comportamentos que contrariam a lei, sejam submetidos a cuidados e tratamentos multiprofissionais, de modo a promovê-los e ressocializá-los.

8. Anemia Falciforme

Porque criar o CEMDOF – Centro Municipal de Doença Falciforme?

Atualmente a única unidade de referência é o HEMOBA. Porém sua atuação é estadual, e, portanto, encontra-se sobrecarregada pela excessiva demanda de pacientes, mesmo contando com o Hospital das Clínicas, da UFBA, que atende pequena demanda. Em 2103 foi inaugurado o Centro de Anemia Falciforme, em Itabuna, na perspectiva de descentralizar ações. Contudo, sabe-se que Salvador tem grande demanda reprimida, sobretudo da periferia da cidade, habitadas principalmente por pobres e negros. Impõe-se a implantação do CEMDOF em Salvador, destinado organizar o atendimento da demanda reprimida, a nuclear a normatização de cuidados aos racêmicos a serem realizados pela Atenção Básica, assim como as atividades de diagnóstico laboratorial, inclusive de outras patologias hematológicas. Ao CEMDOF também caberá a realização de treinamentos para equipes da Atenção Básica e a produção de material educativo.

A anemia falciforme é uma doença genética e hereditária, predominante em **negros**, mas que pode manifestar-se também nos brancos. Tem alta prevalência no Brasil, principalmente na Bahia. Sabemos que a população negra (80% dos moradores de Salvador se auto definem negras), reside nas periferias de Salvador. Apresenta elevada morbidade e mortalidade por causar episódios de vaso-oclusão e predisposição a infecções, sendo o diagnóstico e o tratamento precoces necessários. O manejo dos pacientes com anemia falciforme deve basear-se na atenção primária, com ênfase em programas que usem tecnologias simples e atinjam grande contingente da comunidade.

9. Câncer

Porque criar o CEMOC – Centro Municipal de Oncologia?

Atualmente a Rede Assistencial de Oncologia de Salvador compõe-se de estabelecimentos de referência, como as Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON (Hospital Santa Izabel, Hospital São Rafael, Hospital Santo Antônio, Hospital Martagão Gesteira, CICAN/Hospital Geral Roberto Santos – HGRS e Hospital Universitário Professor Edgard Santos – HUPES) e o Centro de Assistência de Alta Complexidade em

Oncologia – CACON (Hospital Aristides Maltez). A unidade de referência na Bahia para o controle do câncer é o CICAN – Centro Estadual de Oncologia, vinculado ao Estado. Porém sua atuação é estadual, e, portanto, encontra-se sobrecarregada para o acolhimento da excessiva demanda de pacientes de Salvador, principalmente da sua extensa e pobre periferia.

Portanto, impõe-se a implantação imediata do CEMOC para normatizar ações a serem realizadas na rede municipal de serviços básicos e especializados, de modo a promover a detecção precoce (em tempo útil) das diversas formas de câncer e encaminhá-las para os devidos tratamentos nas unidades que tratam dessas patologias. Assim, será possível suprir as necessidades da demanda reprimida, sobretudo de parcela substantiva de mulheres submetidas a riscos ou já acometidas de câncer cérvix uterino e de mama.